

1.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 193.ª Sessão Ordinária
Realizada em 20 de Outubro de 1971 - (4.ª-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Antônio Costa, secretariada pelos Srs. Deputados Ivo Tomazoni e Domicio Scaramella.

A Hora Regimental, é registada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Acyr José, Aguinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emilio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadei, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Maurício Fruct, Nivaldo Krüger, Ovidio Franzoni, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Wilson Brandão, Xenofonte Villanueva, Paulo Camargo (40); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Wilson Fortes, Quíelise Crisóstomo, Arizone Araújo, Marciano Baraniuk, Maggiati Filho, Odilon Reinhardt e Paulo Poli (7).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. EMILIO CARAZZAI — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados, para verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — O Sr. 1.º Secretário fará a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É feita a chamada)

O SR. PRESIDENTE — Responderam à chamada 31 Srs. Deputados. Há número legal para o prosseguimento da sessão.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

MENSAGENS:

MENSAGEM N.º 29/71

Curitiba, 20 de setembro de 1971.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins consti-

tucionais, o incluso anteprojeto de lei que altera a Taxa de Saúde, instituída pela Lei n.º 5.511, de 10 de fevereiro de 1967 e dá outras providências.

A Exposição de Motivos n.º 1676/71, de 17 de agosto próximo passado, do Secretário de Estado dos Negócios da Saúde Pública, anexada por cópia autêntica, diz da necessidade e oportunidade da medida ora proposta a essa Augusta Assembleia Legislativa.

Certo de que o Plano de Lei proposto merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) HAROLDO LEON PERES

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — O Orçamento Geral do Estado consignará anualmente dotação equivalente ao produto da receita proveniente da taxa instituída pela Lei n.º 5.511, de 10 de fevereiro de 1967, ao Fundo de Saúde, criado pela Lei n.º 51, de 18 de fevereiro de 1946.

Art. 2.º — A tabela integrante da Lei n.º 5.511, de 10 de fevereiro de 1967, será substituída pela tabela anexa a esta lei.

§ 1.º — Do produto da arrecadação do selo adesivo para atestado de saúde, constante da tabela a que se refere este artigo, a Secretaria da Fazenda entregará mensalmente ao Fundo de Saúde o valor correspondente, do qual 20% (vinte por cento) serão destinados à instituição de um serviço de Assistência aos Médicos, na Secretaria de Saúde Pública, mediante convênio com a Associação Médica do Paraná.

§ 2.º — Não será devida a taxa de expedição da carteira sanitária e atestado de saúde, quando:

- a) para fins escolares;
- b) para fins militares e eleitorais;
- c) para fins de assistência judiciária gratuita;
- d) destinados a pessoas comprovadamente pobres.

Art. 3.º — As obrigações tributárias acessórias relativas à cobrança da taxa de saúde, segundo as especificações da tabela anexa a esta lei, serão fixadas em decreto do Poder Executivo.

Art. 4.º — Na execução da tabela de que trata o artigo 2.º desta lei, serão desprezadas as frações de Cr\$ 1,00 (hum cruzeiro).

Art. 5.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º — Ficam revogadas as disposições em contrário.

TABELA DE INCIDÊNCIAS

1 — Alvará de licença para funcionamento de estabelecimento à fiscalização sanitária — anual:

I — de capital até Cr\$ 1.000,00 — 12% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

II — de capital acima de Cr\$ 1.000,00 até Cr\$ 10.000,00 — 24% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

III — de capital acima de Cr\$ 10.000,00 — 48% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

2 — Análise de embalagens plásticas usadas para produtos alimentícios:

I — até seis (6) grupos — 86% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

II — por grupo de alimentos isolados — 26% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

3 — Análise prévia e registro de produtos alimentícios, bebidas e substâncias complementares, bem como suas revalidações:

I — açúcares e adoçantes:

a) sem corantes ou aromatizantes artificiais — 29% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

b) adicionados de corantes ou aromatizantes artificiais permitidos — 43% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

II — amiláceos e derivados:

a) sem corantes ou aromatizantes artificiais — 29% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

b) adicionados de corantes ou aromatizantes artificiais permitidos — 43% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

III — aromatizantes e corantes:

a) naturais — 38% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

b) artificiais — 72% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

IV — bebidas alcoólicas:

a) fermentada (vinho, cervejas e similares) — 57% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

b) com teor alcoólico superior a 18% — 72% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

V — cacau, chocolate, café, chá, mate e guaraná — 38% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

VI — condimentos e especiarias em geral — 38% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

VII — conservas:

a) vegetais — 29% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

b) de carnes e pescados — 43% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

VIII — fermentos químicos e biológicos — 38% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

IX — frutas secas e sucos de frutas — 29% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

X — leites e derivados — 38% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

XI — pós para pudins — 48% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

XII — Produtos dietéticos ou enriquecidos de complementos alimentares — 57% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

XIII — refrigerantes, xaropes, sorvetes e similares:

a) naturais — 29% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

b) artificiais — 57% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

XIV — substâncias conservadoras permitidas — 43% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

XV — substâncias gordurosas em geral — 38% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

XVI — outros produtos não especificados:

a) naturais — 29% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

b) artificiais — 72% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

— Certidão pericial e de assuntos especializados:

I — por linha — 0,0002% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

II — mínimo a pagar — 2% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

— Certificados:

I — de auxiliar de farmácia, protético, prático, ótico-prático e outros admitidos em Lei — 12% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

II — de aprovação de aparelhos, utensílios, vasilhames e instrumentos destinados ao preparo, fabrico ou conservação de substâncias alimentícias ou de uso público — 7% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

III — de desinfecção — 12% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

— Comunicação e vacância de prédio:

I — casas de madeira acima de 60 m² — 5% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

II — casas de construção mista — 10% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

III — casas de alvenaria ou apartamento — 14% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

-- Exame e requerimento de interessado:

I — de aparelhos, utensílios e vasilhame destinados ao preparo, fabrico, conservação ou acondicionamento de alimentos — 96% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

II — bacteriológico e químico de água, visando a potabilidade — 57% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

III — outros não especificados — 96% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

NOTAS:

a) O valor correspondente aos exames não especificados poderá ser reduzido a critério do Diretor do Departamento de Unidades Sanitárias até 29% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná, levando em consideração a menor complexidade do trabalho, o tempo de serviço e o material dispendidos.

b) Os exames a requerimento dos interessados de produtos alimentícios, bebidas e substâncias complementares condenados na análise prévia ou na de controle, pagarão a taxa com redução de 50% (cincoenta por cento) do valor correspondente.

8 — Exame físico mental — 2% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

9 — Selo adesivo para expedição de Carteira Sanitária — 2% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

10 — Guia:

I — de livre trânsito de produtos sujeitos à fiscalização sanitária — 2% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

II — de requisição de entorpecentes — 2% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

11 — Inscrição em exame de habilitação profissional — 24% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

12 — Licença:

I — para importação de produtos sujeitos à fiscalização sanitária — 14% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

II — para comércio de entorpecentes e substâncias de ação psicotrópica — 10% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

III — para o exercício de profissão liberal — 14% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

13 — Livros autenticados de farmacêuticos e droguitas, por folha — 0,0002% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

14 — Registro:

I — de diploma — 14% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

II — de hospital ou casa de saúde — 48% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

15 — Termo de responsabilidade ou de mudança de responsável por estabelecimentos sujeitos à fiscalização sanitária — 12% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

16 — Vistoria prévia para autorização de funcionamento de estabelecimento sujeitos à fiscalização sanitária — 12% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

17 — Reclamações — 2% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

18 — Selo adesivo para atestado de saúde — 2% sobre o maior salário mínimo vigente no Paraná.

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SAÚDE PÚBLICA

1.076/71

Curitiba, 17 de agosto de 1971

Do Secretário de Saúde Pública
Ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado
Assunto: Encaminha Ante-Projeto de Lei.

Senhor Governador

Acompanhado da necessária justificativa, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência o anexo Ante-Projeto de Lei, que dispõe sobre a atualização da Taxa de Saúde Pública, detidamente estudada pelos órgãos técnicos desta Secretaria.

Como poderá ser verificado, visa o Ante-Projeto dar à Secretaria de Saúde Pública, através do Fundo de Saúde, recursos maiores para fazer frente às suas múltiplas e complexas atividades, taxando certos serviços aqui executados que, serão de interesse sanitário, o são também, primordialmente, para as partes interessadas.

Vaiho-me da oportunidade para apresentar a Vossa Excelência protestos de real estima e apreço.

(a) Dr. Daniel Egg

Secretario de Estado

Excelentíssimo Senhor
Doutor HAROLDO LEON PERES
Digníssimo Governador do Estado
PALÁCIO IGUAÇU

JUSTIFICATIVA:

Os valores da taxa de saúde constantes da tabela anexa à Lei n.º 5.511, de 10 de fevereiro de 1967, estão muito aquém do real, havendo, por isso, a necessidade de sua atualização. Além disso, a nomenclatura das diversas modalidades da taxa de saúde está a exigir o devido aperfeiçoamento, consubstanciado na nova tabela. A taxa de saúde servirá para cobrir mais fácil e prontamente as despesas decorrentes da manutenção e desgaste das viaturas usadas no trabalho de saúde pública, além de facultar a uma melhor instrumentação dos diversos serviços da saúde.

(A Comissão de Constituição e Justiça).

MENSAGEM N.º 30/71

Curitiba, 20 de setembro de 1971.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que trata da criação do "Fundo de Reequipamento do Trânsito — FUNRESTRAN", com a finalidade de prover recursos para reequipamento, material permanente e outras despesas de capital ao Departamento Estadual de Trânsito — DETRAN.

2. A medida ora submetida a essa Augusta Assembléia Legislativa é altamente significativa e consulta aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, eis que ensejará condições no sentido de que o Departamento Estadual de Trânsito seja dotado de moderno e adequado equipamento, o que se faz necessário a fim de que aquele Órgão possa desempenhar as suas específicas atribuições com a almejada eficiência.

3. Para atendimento de despesas com a instalação do Fundo de Reequipamento de Trânsito, no corrente exercício, é prevista autorização para abertura de um crédito especial de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros), sendo, como recurso para abertura do referido crédito, previsto o necessário cancelamento de verbas em igual importância, constantes do vigente Orçamento Geral do Estado.

Certo de que o Plano de Lei ora proposto merecerá dessa Colenda Casa o necessário apóio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) HAROLDO LEON PERES
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica criado o “Fundo de Reequipamento do Trânsito — FUNRESTRAN”, com a finalidade de prover recursos para reequipamento, material permanente e outras despesas de capital para o “Departamento Estadual de Trânsito — DETRAN”.

Art. 2.º — O “FUNRESTRAN” será provido pelos recursos originados pela cobrança das taxas especificadas na Tabela “G” da Lei n.º 5.482, de 20 de janeiro de 1967, que dispõe sobre as Taxas de Segurança Pública, e do produto das multas por infrações ao trânsito de sua jurisdição e constantes do Código Nacional de Trânsito.

Parágrafo único — Constituem ainda recursos do “FUNRESTRAN”:

- a) auxílios, subvenções ou dotações federais, municipais ou privadas, oriundos de convênios celebrados pelo “DETRAN”;
- b) o produto da alienação de equipamento ou material inservível;
- c) juros de seus depósitos bancários;
- d) outras rendas eventuais.

Art. 3.º — O “Fundo de Reequipamento do Trânsito — FUNRESTRAN” será administrado por um Conselho Diretor, composto pelo Secretário de Segurança Pública como Presidente nato, pelo Diretor do Departamento de Trânsito como Vice-Presidente, pelo Comandante do Batalhão de Controle de Tráfego da Polícia Militar do Estado, pelo Assessor de Planejamento e pelo Assessor Jurídico do DETRAN, e por um representante da Secretaria da Fazenda.

Art. 4.º — O “Fundo de Reequipamento do Trânsito — FUNRESTRAN” é dotado de personalidade jurídica e escrituração contábil própria, independente de qualquer órgão da Secretaria de Segurança Pública.

Art. 5.º — Da aplicação dos recursos do “Fundo de Reequipamento do Trânsito”, será feita prestação de contas nos prazos e na forma da legislação vigente.

Art. 6.º — Do total de receita atribuída ao FUNRESTRAN será destinada até 1% (um por cento) para pagamento de despesas administrativas.

Art. 7.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial no valor de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros), destinado a atender as despesas com a instalação do FUNRESTRAN no corrente exercício financeiro.

Parágrafo único — Como recurso para a cobertura das despesas da abertura do crédito especial a que se refere este artigo, fica o Poder Executivo autorizado a cancelar igual importância no Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei n.º 3.175, de 03 de dezembro de 1970, de acordo com as especificações seguintes:

Z Z

Órgão principal: SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA
SEGURANÇA PÚBLICA

Programa — 71-2.6-43)-03

Unidade Executora: — DETRAN — 01

Dotação: — 71-2.6-43

Art. 8.º — Ao FUNRESPOL, criado pela Lei n.º 6.102, de 27 de maio de 1970, aplicar-se-á norma legal igual à estabelecida no art. 6.º desta Lei.

Art. 9.º — Dentro de 30 (trinta) dias contados da data da publicação desta Lei, o Poder Executivo procederá a sua regulamentação.

Art. 10.º — Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(A Comissão de Constituição e Justiça.)

MENSAGEM N.º 35/71

Curitiba, 5 de outubro de 1971.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio de Ajuda Financeira celebrado em 25 de março de 1971, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura e a Prefeitura Municipal de Carlópolis.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação ora formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apóio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) HAROLDO LEON PERES
Governador do Estado

**TERMO DE CONVENIO DE AJUDA FINANCEIRA QUE ENTRE SI
FAZEM O GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ E A PREFEITURA
MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS:**

Aos vinte e cinco dias do mês de março do ano de hum mil novecentos e setenta e hum na Seccional Juridica da Secretaria de Educação e Cultura, neste ato representada pelo Sr. Haroldo Souto Carvalhido, Secretário de Educação e Cultura, dêste Estado, e de outro a Prefeitura Municipal de Carlópolis, dêste Estado, neste ato representada pelo Sr. Homero Ravedutti, Prefeito Municipal, a seguir denominados, respectivamente, de Secretaria e Município de Carlópolis firmam o presente convênio de ajuda financeira ao ensino, que se regerá pelas seguintes cláusulas:

PRIMEIRA

A Secretaria, nos termos do art. 1.º, do Decreto n.º 4.251 de 6 de março de 1967, concedera ao Município de Carlópolis uma ajuda financeira no montante de Cr\$ 54.800,00 (cinquenta e quatro mil e oitocentos cruzeiros), para o ano de 1970.

SEGUNDA

O Município de Carlópolis obriga-se a empregar essa importância exclusivamente em benefício do ensino na região, podendo aplicá-la na aquisição de material, equipamento escolar, construção ou ampliação de prédios, e pagamento de professores.

TERCEIRA

Das importâncias recebidas o Município de Carlópolis deverá prestar contas dentro do prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data do recebimento, sob pena de responsabilidade e de lhe ser vetado qualquer auxílio futuro perante esta Secretaria, além das demais sanções previstas no art. 23 e seguintes do mencionado Decreto n.º 4.251, de 6 de março de 1967.

QUARTA

A Secretaria reserva-se o direito de fiscalizar, por seus órgãos competentes, na conformidade dos arts. 17 e 18 do mesmo Decreto.

QUINTA

A presente ajuda financeira correrá por conta da Dotação do Sub-Programa 71.60.5001.02, subconsignação 3.1.5.0.01, empenhada na Contadoria Seccional sob n.º 498 e na Contadoria Geral do Estado sob n.º 2.203, Despesas do Exercício Anteriores.

SEXTA

O presente convênio só terá vigência plena após o competente registro no Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

E, por haverem assim convenicionado, foi lavrado o presente termo de co-
operação, que será assinado pelas partes interessadas e por duas testemu-
nhas, do qual se fornecerá traslado ao Município de Carlópolis, à D.E.M.P.
e a quem mais de direito.

a) **Harelto Souto Carvalhido** — Secretário de Educação e Cultura

a) **p.p. Homero Ravedutti**

Jorge da Silva

Testemunhas:

1 — **Ilyadalva O. Frederico**

2 — **Diva de Almeida**

Confere c/ original

Em 5-10-71 **Wally de Mesquita**

(A Comissão de Constituição e Justiça).

MENSAGEM 36/71

Curitiba, 5 de outubro de 1971

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins consti-
tucionais, o incluso anteprojeto de lei que visa doar à Sociedade Rural do
Norte do Paraná o imóvel constituído de uma parte do lote n.º 107-B, da
Gleba Cambé, do Município de Londrina, com a área total de 78.282,00 metros
quadrados, adquirida pelo Estado do Paraná, conforme transcrição n.º 22.537,
do Livro 3 n.º 26, fls. 206, do Registro de Imóveis do 1.º Ofício da Comarca
de Londrina, confrontando pela frente com a rodovia Melo Peixoto, pelo lado
direito com o imóvel de propriedade da Associação Rural, pelo lado esquer-
do com o lote n.º 108 da Gleba Cambé e pelos fundos com o Ribeirão Cambé.

O imóvel cuja doação é objetivada pelo Plano de Lei ora encaminhado
a essa Augusta Casa de Leis, será destinado, conforme dispositivo expresse,
à construção do Parque Exposição Industrial de Londrina, cujas obras fi-
carão à cargo da Entidade donatária e deverão ter início e conclusão nos
prazos estabelecidos.

Certo de que o Plano de Lei ora encaminhado a essa Colenda Casa me-
recerá o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelên-
cia os meus protestos de estima e consideração.

(a) **HAROLDO LEON PERES** — Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Sociedade Rural
do Norte do Paraná, o imóvel constituído de uma parte do lote n.º 107-B, da
Gleba Cambé, do Município de Londrina, com a área total de 78.282,00 me-
tros quadrados, adquirida pelo Estado do Paraná, conforme transcrição
n.º 22.537, do Livro 3 n.º 26, fls. 206, do Registro de Imóveis do 1.º Ofício da
Comarca de Londrina, confrontando pela frente com a rodovia Melo Peixoto,
pelo lado direito com o imóvel de propriedade da Associação Rural, pelo lado
esquerdo com o lote n.º 108 da Gleba Cambé e pelos fundos com o Ribeirão
Cambé.

Parágrafo único. O imóvel de que trata este artigo será destinado à cons-
trução do Parque Exposição Industrial de Londrina.

Art. 3.º A Sociedade Rural do Norte do Paraná, deverá iniciar a cons-
trução do Parque Exposição Industrial de Londrina, no prazo máximo de dois
(2) anos e a concluí-lo dentro de cinco (5) anos, contados da data da publi-
cação da presente lei, revertendo ao Patrimônio do Estado do Paraná, com
as benfeitorias nela existentes, independente de qualquer indenização, caso
não sejam cumpridos os prazos estabelecidos ou for dada destinação diver-
sa da prevista.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(A Comissão de Constituição e Justiça).

MENSAGEM 37/71

Curitiba, 5 de outubro de 1971.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia do decreto n.º 813, que abre um crédito extraordinário no valor de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), para atender os municípios do Centro Oeste do Estado, atingidos pela chuva de granizo ocorrida a 27 de setembro de 1971.

2. Usando da competência que me é outorgada pelo disposto no art. 47, inciso XIII, da Constituição Estadual, o decreto em objeto foi celebrado **ad-referendum** da Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de consideração e apreço.

(a) **HAROLDO LEON PERES** — Governador do Estado

DECRETO N.º 813

O Governador do Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais e com fundamento no artigo 47, item XIII, combinado com o artigo 32, § 4.º, da Constituição do Estado do Paraná,

D E C R E T A :

Art. 1.º Fica aberto à Secretaria da Fazenda, um crédito extraordinário no valor de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), para atender os municípios do Centro Oeste do Estado, atingidos pela chuva de granizo ocorrido a 27 de setembro de 1971.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, em 28 de setembro de 1971, 150.º da Independência e 83.º da República.

(a) **HAROLDO LEON PERES** — Governador do Estado

(a) **Lineo Emilio Klüppel** — Secretário da Fazenda

Confere c/ original

Em 5-10-71 Wally de Mesquita

(A Comissão de Constituição e Justiça).

MENSAGEM 38/71

Curitiba, 5 de outubro de 1971.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que autoriza o Poder Executivo a dar fiança aos empréstimos contraídos ou que venha a ser contraídos pelo Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A. e ou Banco do Estado do Paraná S.A. com o Banco Nacional de Habitação, destinados à execução de obras de sistemas de abastecimento de água e de esgotos em municípios do Estado, dispondo ainda expressamente, sobre a lei n.º 6.125, de 13 de julho de 1970.

A medida ora submetida a essa Augusta Casa de Leis decorre de exigências formuladas pelo Banco Nacional de Habitação, no sentido da modificação da lei atualmente vigente, sobre o assunto, a de n.º 6.125/70, a fim de que possam ser concedidos empréstimos a municípios do Estado do Paraná, para implantação, ampliação ou melhoria de seus sistemas de saneamento.

Muito embora as modificações propostas sejam dirigidas a apenas alguns dispositivos da lei n.º 6.125/70, como se poderá constatar pelo simples cotejo dos textos, preferiu-se, por razões de ordem técnica, a elaboração de um novo diploma legal, revogado, expressamente, aquele atualmente vigente.

Certo de que o Plano de Lei ora encaminhado a essa Colenda Casa receberá o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) **HAROLDO LEON PERES** — Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a dar fiança aos empréstimos contraídos ou que venham a ser contraídos pelo Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A. e ou Banco do Estado do Paraná S.A. com o Banco Nacional de Habitação, destinados à execução de obras de sistemas de abastecimento de água e de esgotos em municípios do Estado e a conferir ao Banco Nacional de Habitação os poderes para levantar, junto ao Governo Federal, as parcelas do Fundo de Participação dos Estados, na forma do disposto na Lei n.º 5.172, de 25 de outubro de 1966, e na sua insuficiência ou extinção, levantar junto aos Órgãos do Governo Estadual e Bancos, os recursos provenientes de impostos estaduais, bem como, saldos dos depósitos bancários, suficientes para responder pelo débito corrigido e demais encargos contratuais decorrentes dos empréstimos concedidos pelo Banco Nacional de Habitação ao Banco de Desenvolvimento do Paraná e ou Banco do Estado do Paraná.

§ 1.º. Os poderes previstos neste artigo só poderão ser usados pelo Banco Nacional de Habitação na hipótese de o Banco de Desenvolvimento do Paraná e ou o Banco do Estado do Paraná ou o Governo do Estado não terem efetuado, no vencimento, o pagamento das obrigações assumidas nos contratos de empréstimo celebrado com o Banco Nacional de Habitação.

§ 2.º. Os recursos financeiros decorrentes dos empréstimos de que trata este artigo, serão repassados pelo Banco de Desenvolvimento do Paraná e ou o Banco do Estado do Paraná a entidades da administração indireta dos municípios do Estado do Paraná, destinando-se à implantação, ampliação ou melhoria de seus sistemas de saneamento.

§ 3.º. A fiança será outorgada pelo Governo do Estado do Paraná, em contrato a ser celebrado com o Banco Nacional de Habitação, sob a supervisão da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda.

§ 4.º. Para concessão da fiança de que trata esta lei, é fixada a importância de até Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros), que será corrigida monetariamente de conformidade com os índices estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional para as ORTN.

Art. 2.º. Nenhum repasse financeiro será detido pelo Banco de Desenvolvimento do Paraná e ou pelo Banco do Estado do Paraná às entidades municipais, sem a cobertura de garantias específicas destinadas a assegurar a liquidez das operações objeto da fiança concedida nos termos desta lei.

Art. 3.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas a Lei n.º 6.125, de 13 de julho de 1970 e demais disposições em contrário.

(A Comissão de Constituição e Justiça).

MESAGEM 39/71

Curitiba, 7 de outubro de 1971.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que dispõe sobre a revogação de parte do artigo 5.º, letra "a", da lei n.º 5.799, de 28 de junho de 1968, no tópico a que se refere a bens imóveis para excluir da doação ali referida, a área de 15.907,27m² com frente para a rua Ubaldino do Amaral, nesta cidade, onde será construída pelo Estado, uma Maternidade Modelar.

A inclusa cópia autêntica do Ofício n. 444/71, de 31 de agosto de 1971, da Fundação Hospitalar do Paraná, diz da necessidade, oportunidade e interesse público da medida ora submetida a essa Augusta Casa de Leis.

Certo de que o Plano de Lei submetido a apreciação dessa Colenda Casa merecerá o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) HAROLDO LEON PERES — Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º Fica revogada parte do artigo 5.º, letra "a", da lei, n.º 5.799, de 23 de junho de 1968, no tópico a que se refere a bens imóveis, para excluir da doação de que trata a referida lei, a área aproximada de 15.907,27 m², com as seguintes medidas e confrontações: 85,50 m com frente para a rua Ubaldino do Amaral, 171,05m, para a rua Amintas de Barros, 173,00m; para a Travessa João Prosdócimo e 161,70m., com quem de direito.

Art. 2.º Fica ratificada a doação da área remanescente constante do art. 5.º, letra "a", da Lei n.º 5.799, de 28 de junho de 1968, referente ao Hospital Oswaldo Cruz, constituída de 1 (hum) lote de terreno urbano, de forma irregular, com principal frente para a Travessa João Prosdócimo, onde mede ... 92,13 ms; na lateral norte, com frente para a rua Amintas de Barros, onde mede 23,25 ms.; na lateral sul, onde mede 29,25 ms., fazendo divisa com quem de direito e, nos fundos onde mede 91,80 ms., fazendo divisa com quem de direito, com a área total de 2.054,63m².

Art. 3.º O Poder Executivo fica autorizado a doar à Fundação Hospitalar do Paraná em compensação à revogação constante do artigo 1.º desta lei, a área constante do imóvel situado na Chácara Capão do Corisco, arrabalde do Portão, nesta cidade, de forma irregular, com testadas para a rua Tabajaras, onde mede 46,15 ms., rua Vital Brasil, onde mede 11,75 ms., rua Tamoios onde mede 67,00 ms. e fundos para o Departamento Nacional de Endemias Rurais (D.N.E.Ru.) onde mede 107,00 ms. com a área total de ... 6.053,00m².

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DIRETORIA EXECUTIVA

Of. n.º 444/71

Curitiba, 31 de agosto de 1971.

Senhor Governador:

Temos a honra de vir à presença de Vossa Excelência, com a finalidade de expor assunto de interesse deste Órgão, relativo à áreas de terras de interesse desta Fundação a lhe serem doadas.

Trata-se de que, pela Lei n.º 5.799 de 26 de junho de 1968 e, conforme Escritura lavrada às fls. 94, livro 41, do 10.º Tabelião, desta Capital, foi doada a área de 21.021,90m², à esta Fundação Hospitalar, cuja área compreende o imóvel onde se localiza o atual Hospital Oswaldo Cruz, nesta cidade. No entanto, por motivos óbvios, na ocasião em que foi lavrada a Escritura, faltaram assinaturas por parte de órgãos delegados do elemento concedente, o que deu motivo a expediente desta Fundação, que mereceu o despacho de Vossa Excelência, publicado no D.O., 86 de 05-07-1971.

Ao lavrar-se, porém, termo Aditivo, houve por bem o Senhor Secretário da Saúde, Dr. Daniel Egg, ponderar que ao concretizar-se a transferência total do imóvel com a área mencionada na Escritura, a Saúde Pública, ficaria desfalcada de Patrimônio para as suas mais prementes necessidades, o que deu ensejo a entendimentos entre a Divisão de Patrimônio do Estado, os Senhores Secretários de Estado, Dr. Daniel Egg e Dr. Cássio Bittencourt e a Direção Executiva desta Fundação de conciliar satisfatoriamente, obstáculos por ventura surgidos.

Estando a situação em estudos, chegou-se a conclusão de que a melhor medida seria a anulação pura e simples da escritura de doação lavrada às fls. 94, do livro 41, do 10.º Tabelião de Notas da Capital, em cuja escritura faltavam assinaturas de pessoas delegadas do órgão doador, muito embora Vossa Excelência, houvesse autorizado a retificação de nomes e a ratificação dos termos da escritura, conforme despacho publicado no D.O., anteriormente mencionado.

Assim, com a colaboração e audiência das Secretarias de Estado, tanto da Saúde, como da de Viação e Obras Públicas, como faz fé os ofícios anexos dos Excelentíssimos Senhores Secretários daquelas Pastas, esta Direção Executiva, acolheu prazeirosamente os entendimentos propostos, no sentido da

anulação da referida escritura pública de doação e aceitando, à priori, a indicação de dois imóveis, propostos por ambos os Senhores Secretários aludidos; o primeiro imóvel com a área de 2.054,63 metros quadrados, com frente principal para a Travessa Prosdócimo e lateral norte com frente para a rua Amintas de Barros, e demais confrontações com quem de direito; a segunda área de terreno, situada na Chácara do Capão do Corisco, no arrabalde do Portão, com a área de 6.053,00 metros quadrados, com frente para as ruas Tabajaras, onde mede 46,15 m; ua Vital Brasil, onde mede 111,75m; rua Tamoiós onde mede 67,00 m e divisa com o Departamento de Endemias Rurais (D.N.E.Ru.), onde mede 107 m.

Maternidade Modelar urge ser construída, em virtude da atual Maternidade Dr. Victor do Amaral, que presentemente serve à Fundação Hospitalar do Paraná, ser de propriedade da Universidade Federal, com a qual a Fundação mantém convênio, que será desde logo denunciado por aquela Entidade, que reivindica a sua posse sob a alegação de dar atendimento a todos os seus servidores e a alunos acadêmicos.

Assim, pois, a finalidade do presente é solicitar de Vossa Excelência, o encaminhamento à Assembléia Legislativa do Estado, de Mensagem Governamental para que seja autorizada a DOAÇÃO das áreas de terreno acima descritas para esta Fundação Hospitalar, a fim de dar cumprimento às suas finalidades.

Na oportunidade, renovamos a Vossa Excelência nossos protestos de elevada estima e mais distinta consideração.

Dr. Altivo Ferreira — Diretor Executivo
(A Comissão de Constituição e Justiça).

REQUERIMENTOS:

- De autoria do Senhor Deputado Emílio Carazzai, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 211-71.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado infra assinado, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requer se consigne na Ata dos presentes trabalhos, um voto de aplauso a ilustre educadora Dra. JANETE ALBERGUE, digna Superintendente da "FUNDEPAR", pela sua eficiente e destacada atuação à frente desse importante órgão, que relevantes e excepcionais serviços tem prestado à educação e cultura do nosso Estado.

Requer, outrossim, que seja dado conhecimento da manifestação da Casa à pessoa da homenageada.

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1971.

(a) — Lázaro Dumont.

Requerimento

Senhor Presidente:

Considerando:

1) — A comemoração, em todo o território nacional da "Semana da Asa", culminando no próximo dia 23, data dedicada ao Aviador;

2) — Que, no referido "DIA DO AVIADOR", se rememora no Brasil a conquista de nosso patricio Alberto Santos Dumont, que em 23 de outubro de 1906, com o seu famoso "14-Bis", realizou o primeiro vôo em aeronave mais pesada que o ar, sendo por isto cognominado o "Pai da Aviação";

3) — Que a capacidade, inteligência e gênio inventivo de Santos Dumont, jamais deve ser olvidada, servindo de exemplo ao mundo da potencialidade do povo brasileiro;

4) — Que, nesta mesma semana, se recordam os feitos heróicos dos pioneiros da aviação nacional e daqueles que em céus europeus defenderam, na II Guerra Mundial, a soberania, a liberdade e a independência de nossa Pá-

tria, Requeiro à Mesa, na forma regimental, consigne na Ata dos trabalhos da sessão de hoje voto de regozijo pela comemoração da "SEMANA DA ASA", e, pela passagem no próximo dia 23, do "DIA DO AVIADOR".

Outrossim, aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa do interior teór deste ao Exmo. Sr. Brigadeiro do Ar. Mário Calmon Appinghaus, MD. Comandante da EOEIG, cumprimentando-o e a seus comandados, pelo transcurso da importante efeméride.

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1971.

(a) — Maurício Fruct.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a Vossa Excelência, que encaminhe apelo ao Excelentíssimo Senhor Doutor Mário Penteado, Presidente do Instituto Brasileiro do Café, no sentido de que forneça ou alugue os armazéns da autarquia à Companhia de Armazéns Gerais, em nosso Estado, a fim de que possam estocar os cafés beneficiados na presente safra. Apela, ainda, para que o IBC classifique os cafés depositados nesses armazéns, para facilitar o faturamento no mês de janeiro vindouro.

A colocação de armazéns à disposição das Companhias deve-se ao fato dessas últimas estarem com os seus armazéns abarrotados, o que está dedundando em tumultos com maquinistas, lavradores e estabelecimentos de crédito.

Ademais, a falta de armazenagem vai determinar, breve, para os cafeicultores, uma série de dificuldades, em razão do vencimento de duplicatas referentes a financiamentos, compra de adubos e outras despesas, devido à falta de comercialização e consequente aviltamentos dos preços do produto.

Sala das Sessões, em 19 de outubro de 1971.

(a) — Hélio Manfrinato.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente requerimento, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência que encaminhe apelo ao Excelentíssimo Senhor Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, no sentido de que o mesmo determine a RETIFICAÇÃO de várias curvas existentes na estrada que liga a cidade de Itamaracá e o Município vizinho de Bandeirante.

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1971.

(a) — Rosário Pitelli.

JUSTIFICATIVA:

A retificação que ora solicitamos, viria beneficiar grandemente os dois Municípios, pois encurtaria o trajeto já referido, como também daria nova segurança aos usuários daquela estrada, principalmente em épocas de chuvas onde o número de veículos pesados dificultam sobremaneira o trânsito naquele trecho de curvas perigosas.

Com a retificação solicitada, eliminando as curvas existentes, o tráfego será normal, até mesmo em dias chuvosos, trazendo em consequência maior segurança e tranquilidade aos usuários.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência, que encaminhe apelo ao Excelentíssimo Senhor Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, no sentido de que o mesmo determine a inclusão no Plano de OBRAS para o exercício de 1972, da construção de uma ponte sobre o rio Laranjinha ligando o Município de Santa Amélia com a cidade de Cornélio Procopio.

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1971.

(a) — Rosário Pitelli.

JUSTIFICATIVA:

A ponte cuja construção propomos, teria já nos dias atuais, uma importância singular. Não bastasse o volume da produção agrícola da fertilíssima região de Santa Amélia, mais ainda o elevado número de estudantes que vão receber o ensino médio e superior nas escolas de Cornélio Procópio, por si só já dizem eloquentemente da importância da referida ponte.

Embora ambos Municípios se dividem geograficamente, para se locomover entre ambos, têm-se necessariamente de dar volta por outro Município, o que aumenta em distância mais de 100% o referido trajeto. Assim, sendo Cornélio Procópio o centro comercial e cultural de grande importância na região, o seu acesso, fácil se torna necessário para facilitar a vassão da grande região agrícola de Santa Amélia e Abatiã e facilitar a locomoção do elevado número de estudantes que viajam diáriadmetne em busca de melhores conhecimentos cultural em Cornélio Procópio.

Requerimento

Senhor Presidente:

Considerando:

Que, diariamente, cerca de cincoenta pessoas, entre Deputados, Prefeitos, vice-prefeitos e Vereadores, além de funcionários desta Casa, fazem suas refeições no restaurante deste Legislativo;

Que os serviços atuais do restaurante não satisfazem a grande maioria dos Deputados e Funcionários da Casa, não só pela qualidade, como também pela deficiência de organização;

Que a Assembléia Legislativa do Paraná tem condições suficientes de manter um restaurante à altura dos Senhores Deputados e visitantes, bem como do funcionalismo;

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, SUGERE: à Comissão Executiva que examine a possibilidade, dentro do menor prazo possível, de melhorar as condições do restaurante da Casa, bem como, do serviço, com a apresentação de maior número de pratos aos seus frequentadores, bem assim que tenha melhor apresentação, principalmente, no que se refere toalhas nas mesas, a fim de que, não só os Deputados, como também os funcionários, possam continuar fazendo as suas refeições no restaurante da Casa, quando se acharem impossibilitados de se locomoverem até suas residências.

O fato que é, até agora, o restaurante funciona em caráter improvisado, quando seria necessário que se constituísse um serviço autenticamente profissional, a fim de atender os seus frequentadores.

Certo de que a Comissão Executiva levará na devida conta esta sugestão, no interesse de toda a Casa, aguardamos com expectativa suas acertadas providências.

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1971.

(a) — Antônio Belinati

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja oficiado à Diretoria do Banco do Estado do Paraná, solicitando a instalação de uma Agência desse Estabelecimento Bancário, na cidade de Joaquim Távora.

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1971.

(a) — Borsari Netto.

JUSTIFICATIVA:

Na região do Norte Pioneiro, compreendendo diversos Municípios, entre eles, Joaquim Távora, Quatiguá, Siqueira Campos, Carlópolis, Wenceslau Braz, Guapirama, Jundiá do Sul, Conselheiro Mairink, não há Agência Bancária do Banco do Estado do Paraná.

O comércio, a indústria e a lavoura, sofrem consequências desastrosas pela ausência na região de Agência do Banco do Estado.

O Município de Joaquim Távora e outros circunvizinhos, possuem tôdas as condições econômicas para a instalação da pretendida Agência Bancária.

A solução do problema, pleiteada, virá concorrer decisivamente para impulsionar em uma região pioneira, o seu progresso e uma maior produtividade agrícola.

Entendemos, assim, plenamente justificado nosso requerimento.

Requerimento

Senhor Presidente:

Requeiro, na forma regimental, que sejam adiadas por 10 (dez) sessões a discussão e votação do Requerimento que teve sua apreciação transferida da sessão de ontem para a de hoje.

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1971.

(a) — Borsari Netto.

O SR. PRESIDENTE — Est ainda a leitura do Expediente.

Senhor, palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Antônio Lopes Junior. (Pausa).

Essa Presidência tem a honra de anunciar a presença, neste Plenário, do Sr. Newton Braga, Prefeito Municipal de Pirai do Sul.

O SR. ANTONIO LOPES JUNIOR. — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Se verificarmos cada um de nós, quando se viaja ou mesmo na própria cidade onde moramos, ou quando temos que nos locomover, a quantidade e a variedade de documentos que temos de carregar e as dificuldades que encontramos nos mais variados setores das atividades social, econômico, financeiro e outros, ficaremos horrorizados, e, quantas vezes temos que provar a idade com uma certidão de idade, apesar de termos apresentado o certificado militar, a carteira de identidade, a carteira de motorista, a carteira profissional, cujos documentos, para serem tirados foi necessária a apresentação da certidão de nascimento.

Por este motivo, temos uma sugestão a ser enviada ao Sr. Ministro da Justiça, para que Sua Excelência estude a possibilidade de englobar todos os documentos que o brasileiro tem de usar, numa única carteira que viria desde o registro de nascimento até o seu registro profissional, e outras coisas mais necessárias.

São os seguintes os termos do Requerimento: — (lê)

“Senhor Presidente:

É incrível o número de documentos que temos de carregar. Mas incrível, ainda, as exigências que certas repartições públicas e até privadas, fazem com respeito a tais documentos.

Por exemplo: Apesar de apresentar certificado militar, título de eleitor, cedula de identidade, exigem, ainda, determinadas repartições, a certidão de nascimento para provar a idade.

Do modo como vamos, precisaremos carregar sempre uma pasta apenas contendo documentos; tal é o número deles.

Cédula de identidade, certidão de nascimento, certidão de casamento, carteira profissional, carteira de motorista, certificado militar, exame de vista, certificado do C.P.F., título de eleitor, carteira de saúde, documento sindical, de previdência social, carteira de Conselho Profissional, comprovatório de curso realizado, tudo isso e o que for mais necessário poderiam ser englobados num só documento que facilitaria o seu uso, o seu transporte e estariam assim sempre presentes, com o seu portador.

Assim, é o presente requerimento, para, após ouvido o Plenário, seja o mesmo encaminhado a S. Exa. o Senhor Ministro da Justiça, a título de sugestão, para que seja estudada a possibilidade de adoção de um documen-

to único, reunindo todos os que, obrigatoriamente, temos de usar constantemente.

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1971".

— (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Maurício Fruet.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Inclito Presidente, eminentes Srs. Deputados.

Comemora-se esta semana, em todo o território nacional, a Semana da Asa. E no próximo dia 23, a data dedicada ao Aviador, justamente porque em 23 de outubro de 1900, o ilustre patriota Alberto Santos Dumont, Pai da Aviação, realizava em Paris o primeiro vôo em aeronave mais pesada que o ar; o mesmo Santos Dumont havia, poucos anos antes, conseguido realizar a tarefa pioneira de dirigir um balão, sem qualquer contacto com a terra.

E a Assembleia Legislativa do Paraná não poderia deixar de se associar às manifestações que se prestam em todo o território nacional à Semana da Asa e ao Dia do Aviador.

A Assembleia Legislativa não poderia deixar de ressaltar a figura de Alberto Santos Dumont, que tanto colaborou com a sua inteligência e sua capacidade para o desenvolvimento da tecnologia em todo o mundo. E o mesmo Santos Dumont, que aliado à sua inteligência e ao espírito de racionalidade, tinha também o seu elevado ardor de patriotismo, tanto que, ao construir em Paris o seu primeiro balão, segundo ele próprio mais tarde, evocando aquela época de sua existência, afirmou: "O menor e o mais lido, o único que teve o nome, Brasil".

Alberto Santos Dumont, cujo feito se comemora em todo o território nacional e que no próximo dia 23 alcançará a sua principal etapa de festejos de comemoração, a nossa homenagem.

E preciso que o povo tome conhecimento do seu trabalho, da sua luta e, acima de tudo, que este seu trabalho, que a sua luta, sirva de exemplo às nossas gerações e à futura geração brasileira.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, sr. Deputado Borsari Neto.

O SR. BORSARI NETO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Esta Casa, através de pronunciamento de ilustres Deputados, tem abordado um problema que deve ser enfrentado, é a Previdência para o Parlamentar. Em razão desta preocupação já foi instituído, nesta Casa, uma Comissão que vem estudando o assunto. Entretanto, desde 1903, os Parlamentares federais têm o seu Instituto, o Instituto de Previdência dos Congressistas, que tem como objetivo principal o amparo aos Parlamentares, federais têm o seu Instituto, o Instituto de Previdência dos Congressistas, que tem como objetivo principal o amparo aos Parlamentares, aos ex-Parlamentares, aos Funcionários do Congresso e suas respectivas famílias. Em razão disso, e mais como um subsídio a esta Comissão instituída na Casa, que eu apresento um Requerimento que lerei e que recebeu o apoio de todos os Srs. Deputados que se encontram hoje nesta Casa. O Requerimento, Sr. Presidente, srs. Deputados, está vasado no seguinte teor: (Lê).

"Senhor Presidente:

O Deputado Estadual não tem um Instituto que lhe ofereça alguma sede o Plenário:

1) — sejam encaminhados ofícios ao Exmo. Sr. Presidente e Diretores do Instituto de Previdência dos Congressistas de Brasília, para que permitam o ingresso no referido Instituto, dos Deputados estaduais que assim o desejarem.

2) — Seja solicitado o apoio da Bancada Federal do Paraná a esta reivindicação.

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1971.

(aa) — Borsári Netto, Erondy Silvério, Ovídio Franzoni, Gilberto Carvalho, Igo Losso, João Mansur, Pinto Dias, Leopoldo Jacomel, Francisco Escorsin, Fabiano Braga Côrtes Xenofonte Villanueva, Maurício Fruet, Fuad Nacli, Agnaldo Pereira Lima, Hélio Manfrinato, Jorge Sato, Acyr José, Armando Queiroz, Wilson Brandão, Ivo Tomazoni, Eraldo Carazzai, Santos Lima, Cândido Martins de Oliveira, Antônio Belinati, Rosário Pitelli, Basílio Zanusso, Gabriel Manoel, Nelson Buffara.

JUSTIFICATIVA:

O Deputado Estadual não tem um Instituto que lhe ofereça alguma segurança após o exercício do mandato.

Desde 1963, os parlamentares federais têm o seu Instituto, o Instituto de Previdência dos Congressistas — IPC, que vem amparando parlamentares, ex-parlamentares, funcionários do Congresso e respectivas famílias.

A Assembléia Legislativa do Paraná, por iniciativa do Deputado Antônio Amaral, em maio do corrente ano, já pleiteou o contido em nosso Requerimento e dirigiu apelo a todas as Assembléias Legislativas dos Estados, para reforçarem junto ao IPC a proposição que estamos formulando.

Havendo nesta Casa uma Comissão encarregada do estudo do assunto, entendendo oportuno o presente requerimento, que em caso de atendimento por parte do IPC, poderá servir de opção ou subsídios à Comissão". — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Sr. Deputado Lázaro Dumont.

O SR. LAZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quinta-feira da semana passada, tivemos a oportunidade de trazer até esta Casa o pronunciamento sobre a instalação do Centro Estadual de Televisão Educativa em nossa Cidade, e trouxemos também naquela oportunidade de que estaria aqui em Curitiba no dia 18 que passou o professor Gilson Amado, para a instalação oficial em nosso Estado do Centro Estadual de Televisão Educativa, que é uma reivindicação das entidades de classe de trabalhadores de nosso Estado, que pediu a mudança de horário para 18 horas. Sinceramente, não poderíamos imaginar a repercussão e a amplitude que poderia ter para o nosso Estado a criação deste Centro de Televisão Educativa em nosso Estado. As entidades de classe, as igrejas protestantes, católicas, enfim todos colaboraram e já se iniciou no primeiro dia da instalação do Centro Estadual de Televisão Educativa com quase uma centena de tele-fotos para funcionamento imediato e atendimento aos nossos trabalhadores, tendo sido pronto o atendimento do Sr. Ministro da Educação. Dirigimos um requerimento e pedimos a aprovação do Plenário, nos seguintes termos: (Lê):

"Senhor Presidente:

Na forma em que dispõe o Regimento Interno, após ouvido o Plenário, o Deputado que o presente subscrive, requer seja consignado na Ata dos presentes trabalhos um VOTO DE APLAUSOS ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação e Cultura, Senador Jarbas Gonçalves Passarinho, pelo rápido atendimento à reivindicação das classes trabalhadoras do Estado do Paraná, quanto à implantação e funcionamento do Centro de TV Educativa em nosso Estado.

Requer, também, que da manifestação da Casa, dê-se conhecimento àquela eminente autoridade, através do expediente próprio.

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1971".

E também a este extraordinário homem que dirige a Televisão Educa-

tiva em todo o Brasil, o Professor Gilson Amado. Estamos também pedindo aprovação deste requerimento nestes termos: (Lê):

"Sr. Presidente:

No uso das prerrogativas que lhe confere o Regimento Interno, após ouvido o Plenário, o Deputado subscritor do presente requer seja consignado na Ata dos presentes trabalhos um VOTO DE APLAUSO ao ilustre e patriótico Professor Gilson Amado, em face do empenho desenvolvido para a instalação e funcionamento, neste Estado, do Centro de TV Educativa, cujo eminente mestre é Presidente da Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa.

Requer-se, finalmente, que da manifestação da Casa se dê ciência ao homenageado, através do expediente próprio, o qual deverá ser endereçado à Avenida Copacabana, 1928, Rio de Janeiro — GB.

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1971".

Há questão de aproximadamente três meses atrás, trouxemos ao conhecimento desta Casa de que fizemos uma viagem a Londrina, em companhia da Professora Janete Albergue, Diretora Superintendente da Fundação Educacional Estado do Paraná, quando Professoras e Diretoras daquela cidade reivindicaram pessoalmente à Doutora Janete Albergue as maiores necessidades para os Grupos Escolares de Londrina, e para satisfação nossa recebemos ainda, na semana passada, um comunicado da Fundação Educacional do Paraná comunicando de que será iniciado imediatamente a construção do Bloco B do Vicente Rigo, com 14 Salas de Aula, assim como Salas de aula do Itamará, reparos, muros, cercas em diversos estabelecimentos de Ensino Primário de Londrina, somando um total de 376 mil cruzelros, quase 377. E isto vem demonstrar assim a eficiência com que a Doutora Janete Albergue vem dirigindo a Fundação Educacional do Estado do Paraná, atendendo às reivindicações dos Municípios e, em especial, atendendo ao Município de Londrina, onde tivemos assim o privilégio de acompanhar esta ilustre personalidade até Londrina, quando ela recebeu "in loco" as reivindicações.

Era só, Sr. Presidente, muito obrigado. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Cedido a palavra ao quarto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVERIO — Sr. Presidente, nobres Deputados.

Acabamos de receber um Ofício, n.º 375-71, do Departamento de Água e Esgotos em que o Dr. Léo Lins Meyer tem a gentileza de comunicar que solicitou e obteve, do Sr. Governador do Estado, a sua exoneração da Direção daquele Departamento.

Divergimos muitas vezes do Sr. Léo Lins Meyer, principalmente por ocasião das últimas eleições, em que se renovava a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; divergimos porque achamos que a atuação de S.S. à frente daquele Departamento não era compatível com o momento atual em que se recomenda a todos os Secretários de Estado e Diretores de Departamento que, nas proximidades das campanhas eleitorais, abstenham-se de usar a máquina administrativa a favor de uma outra candidatura. Mas, a par das divergências que tivemos com o Dr. Léo Lins Meyer, não deixamos nunca de reconhecer a sua grande capacidade de trabalho, a sua honestidade, os seus propósitos na condução de um dos problemas mais difíceis para o Paraná e, principalmente para Curitiba, que é o problema de saneamento; e o problema da distribuição de água para a população do Paraná SS., em todo o espaço de tempo em que exerceu as elevadas funções de Diretor daquele órgão colocou, a serviço daquele Departamento, a sua capacidade e o seu trabalho e foi sobejamente reconhecido por todos. Lamentavelmente, vemos agora que S.S. se afasta daquele Departamento, deixando ali um claro, uma lacuna, que a nosso ver pode ser preenchida mas também não com

sseiro do Café, que ceda, ou alugue, os seus armazéns, para que estas Companhias de Armazéns Gerais possam depositar os cafés, e que não seja para janeiro, quando da antecipação prevista no esquema deste produto. Ocasião que haverá, então, tumulto no faturamento e na classificação do tipo da mercadoria.

Se o Sr. Presidente do Instituto Brasileiro do Café atender este pedido, será um alívio aos maquinistas e também aos agricultores. Pois, vejam os Senhores, o drama que vem criando aos lavradores este problema, principalmente aqueles que pediram financiamento para manutenção de suas lavouras, para compra de adubos, ao Banco do Brasil, financiamentos com vencimento para o mês de novembro vindouro.

Aí está o drama dos lavradores que não podem vender os seus produtos, o maquinista não podendo comprar, em consequência dos Armazéns Gerais, pois que só eles têm autonomia de ceder o cartão de crédito para desconto perante o Banco do Brasil.

O Sr. Gilberto Carvalho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Agradeço o aparte que V. Exa. me concedeu para cumprimentar por esta feliz oportunidade em que V. Exa. está apresnetando um Requerimento de grande interesse para a cafeicultura.

Na minha região, inclusive, nobre Deputado, recebi pedidos idênticos aos recebidos por V. Exa., que reivindicasse ao IBC que recebesse os cafés nos depósitos que estão vazios, para que não haja, como bem frisou V. Exa., tumulto no mês de janeiro, quando o café terá novo preço e se formam aquelas filas enormes, de 300, 400 caminhões, para encaminhar o café que está depositado nos Armazéns gerais, e que, forçosamente, irá para os armazéns do IBC.

Então, é preciso que haja uma medida, como a que V. Exa. preconiza, autorizando o recebimento dos maquinistas por intermédio dos armazéns gerais do IBC.

É oportuno o pedido de V. Exa. e terá meu inteiro apoio, pois que se trata de uma reivindicação também por mim recebida em nossa região.

Permita-me, nobre Deputado, associar-me a essa reivindicação e hipotecar meu apoio integral ao Requerimento de V. Exa.

O SR. HÉLIO MANFRINATO — Sentimo-nos engalanados de ter V. Exa., em seu pensamento, os mesmos problemas que vivem, na nossa região, os cafeicultores.

Chegou, agora, também, o nobre Deputado Antônio Maciel, conhecedor profundo desse problema, e também Engenheiro Agrônomo da Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil, e nosso colega nesta Casa.

Mas, Sr. Deputado Gilberto Carvalho, essa reivindicação que hoje trazemos a esta Tribuna é de grande interesse para os cafeicultores. Mas, a Junta Administrativa do IBC, sediada no Rio de Janeiro, não vem sentir de perto os problemas da cafeicultura. As agências do IBC, instaladas em todas as cidades produtoras de café do Paraná, parece que não têm um relatório que comunique aos Diretores, aos responsáveis, aos que dirigem principalmente este setor de tanta responsabilidade. Ainda observávamos, Srs. Deputados, nos jornais da semana passada, quando o Instituto Brasileiro do Café irá construir, dentro em breve, em Brasília, o Palácio do Café. Irá também construir em Curitiba, já tem terreno comprado, o Palácio do Instituto Brasileiro do Café. Mas perguntamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, comenta-se em todos os jornais do Brasil, que a ferrugem vem extinguindo essa espécie de plantação. Por que não aplicar parte do dinheiro em fungicida, em algum recurso que poderia desafogar o estrangulamento da lavoura cafeeira do Brasil?

Concordamos em ter o Palácio do Café em Brasília, porque o café representa o mundo inteiro e ali deve receber as autoridades encarregadas do assunto, para melhor comercialização ou para os estudos que deverão ser tratados aqui no Brasil.

tanto brilho, como o Dr. Léo Lins Meyer. Ahamos que a sua saída se prendeu ao fato de o Governo transferir todo o acervo do Departamento de Água e Esgotos, para a SANEPAR. Passo que estamos ainda analisando, para dar o nosso ponto de vista. Como homem do povo, da cidade, sabemos dos problemas dessa cidade que é servida apenas em 40% das necessidades, pela rede distribuidora de água. Ahamos que talvez essa medida da transferência do acervo de todo o patrimônio do Departamento para a SANEPAR talvez seja benéfica para o Paraná e, principalmente para a população curitibana. Mas, o que nos deixa apreensivos, é, talvez com o custo das ligações daqui para a frente. Porque nós sabemos que os juros do BNH são elevadíssimos; que o sistema de pagamento do BNH não vem ao encontro das aspirações do povo mas se tem levantado, por todo o País, uma onda violenta de protestos na sua política habitacional; e que na sua política de saneamento os mesmos vícios não se verifiquem. Vamos estar atentos ao desenrolar deste convênio. Vamos verificar o plano de obras da SANEPAR para Curitiba, cuja parcela do povo desta terra nós temos a honra de representar nesta Casa, para então darmos nosso parecer e nosso ponto de vista. Se vier ao encontro do povo terá nosso apoio, mas se não vier de encontro às verdadeiras aspirações populares, terá nosso repúdio e nossa luta para que se modifiquem as cláusulas do convênio.

Resta-nos lamentar que o Departamento de Água e Esgotos, que a administração do Governo do Estado perca um homem do gabarito, da competência, do espírito público, da honestidade pessoal e da honestidade de propósitos de Léo Lins Meyer. Mas a vida é assim, mesmo. Uns se vão e outros ficam e foi a vez de ir o Sr. Léo Lins Meyer. Não teve condições de permanecer à frente daquele Departamento.

Lamentamos e esperamos que a política da SANEPAR, no que diz respeito ao abastecimento de água, consulte realmente os interesses do povo do Paraná. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Belinati.

Não se achando presente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Grande Expediente, Sr. Deputado Hélio Manfrinato.

O SR. HÉLIO MANFRINATO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Já há diversos meses que ocupamos a Tribuna desta Casa, defendendo sempre aquilo que é a riqueza do Brasil, aquilo que mostra a linha de divisa, auxílio que, no exterior, faz com que seja respeitada a Pátria brasileira. Isto tratando da agricultura.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, representamos, bem sabem os Senhores, uma região da cafeicultura paranaense, a região de Cianorte, Umuarama, Maringá, afinal onde temos contacto com maquinistas, cafeicultores e proprietários de armazéns gerais. Esta semana que passou estivemos com diversos cidadãos que militam neste gênero e observamos inúmeros problemas que hoje trazemos a esta Casa, através de um Requerimento.

Srs. Deputados, estamos em plena safra cafeeira. As Companhias de Armazéns Gerais já se encontram lotadas, já não têm condições de armazenar os cafés. Os contratos feitos pelos maquinistas no Banco do Brasil, lá entram sem a observação criteriosa dos responsáveis do IBC. Deixam este problema, já que deixam a antecipação de preço, a respeito de que já temos feito telex, telegramas e temos usado desta Tribuna para que providências fossem tomadas.

Agora surge outro drama, que é o problema de armazenamento. Os maquinistas já estão ficando desesperados. Os armazéns já não têm lugar e é necessário que se descontem os conhecimentos para que os Bancos continuem financiando para que se proceda a compra do produto ora em vigor naquela região.

Pois é isto que nos traz a esta Tribuna. Pedimos o apoio ao Requerimento que, neste instante encaminhamos, solicitando ao Instituto Bra-

O Sr. Alvaro Dias — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, V. Exa. acostumado aos problemas cafeeiros, pois milita na cafeicultura há muito tempo, melhor do que ninguém, com propriedade, pode analisar o gravíssimo problema que aflige a cafeicultura paranaense. V. Exa. aborda, e muito bem, a política encetada pelo IBC. Parece-nos, numa análise à distância, que os homens responsáveis pelo IBC estão completamente afastados da realidade cafeeira da nossa região. Talvez inebriados pelos nababescos palácios que constroem, pela riqueza das sedes engalanadas em vários pontos deste País, e agora, como anuncia V. Exa., brevemente em Brasília será construído o Palácio do Café, talvez, inebriados por isso tudo, não enxergam o drama da cafeicultura e, sobretudo, o drama do lavrador que sofre as consequências do não atendimento às reivindicações dos cafeicultores. Sem dúvida alguma, nós temos assistido um barulho extraordinário por parte do IBC. Uma autarquia que, por muito barulho, mas providências reais, infelizmente, não temos assistido, como deveríamos esperar por parte do IBC. Há pouco V. Exa. falou em antecipação de preços, reivindicações de todos os cafeicultores, de Deputados, de Vereadores, de Prefeitos Municipais, de líderes rurais, não só de nosso Estado mas de vários Estados produtores de café. Nem sequer uma justificativa até o presente momento recebemos. Recebemos, isso sim, uma promessa de que haveria a antecipação de preços, desde que houvesse extinção do subsídio para consumo interno. Houve essa extinção e, no entanto, a antecipação não foi concedida. Nobre Deputado Hélio Manfrinato, surge agora o problema da ferrugem. Falam demais no problema, mas, na verdade, não podemos ficar apenas nas palavras. O Estado mais do que nunca, não pode confiar apenas na ação do Instituto Brasileiro do Café. O Governo do Paraná está tomando providências iniciais, e o aplaudimos neste instante por isto, deve, realmente, incrementar esta atividade no sentido de resguardar os interesses da cafeicultura paranaense.

Se ficarmos à espera do Instituto Brasileiro do Café, a cafeicultura do Paraná sofrerá as consequências desastrosas que poderão advir do grave episódio propiciado pela "ferrugem" a atingir já nossos cafeeiros.

Poderíamos fazer um discurso paralelo ao de V. Exa. mas não queremos tomar o seu tempo a fim de que, com o brilhantismo que o caracteriza quando trata de assunto de café, possa continuar a representar, realmente, a vontade dos cafeicultores trazendo as suas reivindicações e de suas aspirações.

O SR. HELIO MANFRINATO — Nós é que agradecemos. V. Exa. também veio da Capital do Café e está sentindo o problema na carne tanto quanto nós que passamos a representar a cafeicultura e o povo aqui na Assembléia Legislativa do Paraná.

Lamentamos que o povo da lavoura cafeeira, os responsáveis pela comercialização no Interior do Estado gritam e falam, mas parece que "gritam no deserto".

O Sr. Nelson Buffara — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

As advertências que V. Exa. faz a esta Casa muito nos sensibiliza. Mas, lamentamos que a mesma sensibilidade não atinja as autoridades federais.

Queríamos dizer a V. Exa., à Casa, ao Paraná e ao Brasil que se as providências que deverão ser tomadas, não sei se mesmo que as mesmas sejam tomadas num futuro muito próximo possam atingir o desiderato, não o forem, poderemos decretar a falência do comércio cafeeiro no Brasil.

Era a afirmativa que desejava fazer, ela é grave, drástica e séria. Esta falência será verdadeira se o Governo Federal não tomar, de uma vez por todas, medidas imediatas e de profundidade em favor da cafeicultura brasileira.

O SR. HELIO MANFRINATO — Muito obrigado pelo aparte, Deputado Nelson Buffara.

O Sr. Alvaro Dias — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

A realidade do problema atinge proporções de tal ordem que a preocupação não está apenas no âmbito nacional. Lá fora essa preocupação foi notada. A FAU, através de um de seus representantes, em pronunciamento divulgado pela imprensa internacional, preocupa-se sobremaneira com o problema atual da cafeicultura brasileira. Todos sabem, ninguém desconhece ser o Brasil o sustentáculo do mercado cafeeiro internacional. O drama que atinge nosso País, atualmente, refletirá no exterior e as consequências atingirão, também, grandes potências do comércio internacional.

Há poucos dias a imprensa divulgava a preocupação dos Estados Unidos e ainda, mais, recentemente os jornais de nosso País divulgaram o entendimento de um dos técnicos da FAU com respeito a decadência da cafeicultura em nosso País que produzirá consequências desastrosas no comércio internacional.

Por isto, mas do que nunca, os brasileiros responsáveis pela política de nosso café, devem tomar as providências necessárias para que não possamos continuar afirmar que os homens responsáveis pela política cafeeira no nosso País, estão a adotar uma política irresponsável.

O SR. HELIO MANFRINATO — Ilustre Deputado Alvaro Dias, se nós fôssemos enumerar as séries de erros do Departamento Administrativo do Instituto Brasileiro do Café ficaríamos aqui até à madrugada e chegaríamos apenas a 20%, pois há poucos minutos, quando nos aparteava o ilustre Deputado Nelson Buffara, que dentro de pouco tempo haverá decretada a falência do produto que tanto discutimos, a cafeicultura ou o café no Brasil, pois talvez esses palácios que se constroem, Sr. Deputados, são para ali descansar os processos que ora rolam pelo Rio, pelo Paraná, por Minas, Espírito Santo e o Sul da Bahia, Sr. Presidente e Srs. Deputados, não é possível que a lavoura cafeeira continue dessa forma, que seja esquecida pelas autoridades supremas que são o Presidente do Instituto Brasileiro do Café, o sr. Mário Penteado, e também o Sr. Diretor João Ribeiro Júnior, homens centralizados no produto, homens que viveram e vivem da cafeicultura paranaense, homens que têm na sua mente e no seu coração os problemas, os sofrimentos desta terra. Não é possível, Srs. Deputados, que nenhuma reivindicação seja feita pela cafeicultura do Paraná, pelos lavradores.

Está aí esse Requerimento que entrou neste instante: pedimos armazéns emprestados para as Companhias de Armazéns Gerais, pois os cafés ficaram nas ruas, sem recursos, os maquinistas não têm condições de comprar.

Isto, é, Srs. Deputados, uma das provas que as autoridades responsáveis não querem saber de cuidar da agricultura, da lavoura principalmente, que é a base fundamental da estrutura financeira do Brasil.

É isto, Srs. Deputados que, da Tribuna pedimos o apoio de todos, que levem, se for possível, uma Comissão ao Rio de Janeiro, à Guanabara, falar com os homens responsáveis, principalmente nesse setor de emprestar os seus armazéns, porque o acontecimento drástico e futuro está aí para Janeiro próximo — o faturamento de 182,00 à saca, quando haverá tumulto, e os caminhões que ficarão em fila, pagarão então a estadia absurda dentro de 24 horas, como aconteceu há 5 anos passados, nas beiras dos armazéns do IMC.

Isto, Srs. Deputados, é o que pedimos a esta Casa, pedimos uma Comissão — dentro de poucos dias entraremos com o Requerimento — que os Srs. Deputados vão à Guanabara levar este problema, porque é drástico e quem vai sofrer essas consequências será o pequeno lavrador, porque nesta hora quando não há lugar para guardar a mercadoria beneficiada, então ele, na pressa de vender o seu produto para cumprir o seu compromisso perante o Banco do Brasil, dos pagamentos de manutenção da lavoura e o financiamento de adubos, então ele é obrigado a vender o café por preço mínimo, por esse mínimo que aí já está, e...

O Sr. Antônio Maciel — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Hélio Manfrinato, é com satisfação que estou acompanhando o seu pronunciamento.

Tenho em mãos o Requerimento que V. Exa. irá apresentar, está apresentando nesta tarde.

Queria, nesta oportunidade, cumprimentá-lo, e ao mesmo tempo fazer uma sugestão, o assunto é palpitante, é grave e exige uma solução imediata. Quero sugerir a V. Exa. para mudar os termos deste Requerimento porque sugere aqui, "colocar os armazéns à disposição das companhias ou alugar", isto implica em contrato, isto implica em parecer do Departamento Jurídico do IBC, o que poderá retardar muito esta decisão. Desejo sugerir pois, a V. Exa., que fizesse um Substitutivo neste requerimento abordando a gravidade do assunto. Acabo de receber também a mesma reivindicação da mesma região, Apucarana. De fato, as companhias particulares não têm capacidade para continuar recebendo café. Porque os cafeicultores estão aguardando o preço de janeiro, e a minha sugestão a V. Exa., seria talvez, interpretando assim o pensamento dos cafeicultores, o IBC é mantido pelos recursos do Confisco Cambial, o IBC tem por finalidade ajudar a comercializar o café, porque então neste momento em que existem por aí muitos armazéns fechados, sugerir que vá levar a Companhias particulares. Sugeria, que transformasse este Requerimento, pedindo ao IBC que abrisse as portas para a cafeicultura, colocando lá o seu produto em consignação para vendê-lo com o preço de janeiro.

Porque da maneira como está redigido, o Requerimento tem o seu mérito, mas terá uma solução normal que não virá em tempo suficiente como exige o problema. Se este Requerimento for aceito até que se faça um contrato de aluguel dos armazéns das companhias que naturalmente irão fazer um levantamento da área disponível, tornará o processo muito mais demorado. Sugerida pois a V. Exa., se possível até, apresentar este Requerimento amanhã, redigido de maneira que dê oportunidade de condições e obrigações de dar uma solução imediata ao problema. Finalmente, nobre Deputado, os meus parabéns e os meus cumprimentos pelo pronunciamento de V. Exa., que vem interpretando de fato o problema grave do nosso agricultor. Muito obrigado.

O SR. HÉLIO MANFRINATO — Agradecemos a V. Exa. Saibam V. Exa., Sr. Presidente, Srs. Deputados, que quando assomamos à Tribuna desta Casa para reivindicar solução para alguns problemas, até esquecemos que fomos eleito por um Partido político ou que pertencemos à ARENA ou ao MDB. Pertencemos ao povo, ao trabalho e a ajuda que nós, como modesto Deputado, poderemos levar aquela gente. Saiba, Deputado Antônio Maciel, sabemos perfeitamente que V. Exa. tem o mesmo pensamento com referência ao café. O Engenheiro Agrônomo, conhecedor profundo dos problemas muito mais que nós, mas, de antemão, vamos comunicar a V. Exa. que vamos retirar o Requerimento, mas para estudar em conjunto com V. Exa. ou com os demais Deputados que queiram ajudar aquele povo, que queiram ajudar o Paraná, que queiram ajudar o próprio País, na solução dos impostos de sua importância. Os impostos não só auxiliam o Paraná, como o território nacional inteiro.

Está surgindo, Srs. Deputados, outro problema, que muito em breve veremos à Tribuna, abordá-lo. E sobre a torrefação, cujos preços foram jogados para o consumo interno, os torrefadores do Brasil são obrigados a torrefação. Os impostos não só auxiliam o Paraná, como o território nacional inteiro. O produto não equivale ao produto industrializado, mas não queríamos tocar neste assunto.

O Sr. Maurício Fruct — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). V. Exa. aborda um assunto que conhece profundamente em todos os seus setores, a iniciar pelo plantio, a sua comercialização, a sua industrialização, a forma pela qual este café é exportado, a forma pela qual este café é comercializado, não só no consumo interno pela torrefação como pelas indústrias de

café solúvel. Pelo que observamos no seu pronunciamento e apartes de outros Srs. Deputados ilustres que abordaram o mesmo problema e o mesmo assunto e, em solidariedade, pelo que já tivemos oportunidade de ver e ouvir nesta Casa, a manifestação dos Deputados como o Deputado Benedito Pinto Dias, Maciel, Lázaro Dumont, Gilberto Carvalho e tantos outros que, desta Tribuna, ilustraram, com conhecimento, os seus Pares. Há um problema que é muito sério e que realmente deve merecer a atenção especial de toda esta Assembléia, porque o café representa, em termos de arrecadação 45% do total arrecadado, segundo dados estatísticos do ano de 70 e o que observo, noto e vejo é que infelizmente aqueles que seriam responsáveis pela conduta da política cafeeira, aqueles que tinham obrigação de contribuir com os impostos arrecadados para principalmente com os lavradores, infelizmente não se vê isto na arrecadação. O que se nota é o constante desprestígio por parte das autoridades responsáveis pela política cafeeira da Nação brasileira. E um Deputado recentemente, no Congresso Nacional, pediu a extinção do IBC. Não iríamos jamais chegar a este ponto, mas como V. Exa. salientou e o Deputado Maciel nos mesmos termos, no sentido de que se fazia necessária a constituição de uma Comissão para observar este problema em busca de uma solução, talvez este ponto pudesse ser observado por todos, no sentido de que o IBC passasse a orientar melhor e, acima de tudo, ser um órgão que ajude o cafeeiro em todos os aspectos. Obrigado pelo aparte e desculpe a interrupção.

O SR. HELIO MANFRINATO — Nós é que agradecemos. Mas abordamos, nos apartes, uma série de assuntos e verificamos, não repetindo o que disse o Deputado Mauricio Fruct, mas gostaríamos de responder ao Deputado Antônio Maciel que a sua idéia é magnífica, mas o serviço burocrático do IBC é de tanta impeniência, Srs. Deputados, que atrapalha o bom andamento do serviço da cafeeiro. Pois vejam os Srs. as classificações feitas no interior, isto referindo-se a Maringá, a Umuarama, em todas as cidades produtoras têm que embarcar as mercadorias dos respectivos armazéns, depois de bicortá-la, fechar numa urna, levar a rubrica do fiel e do fiscal, encaminhar para Londrina para que ela seja classificada quando eles bem entenderem e, nesta altura, Deputado Antônio Maciel, sofre o maquinista, sofre junto aos Bancos que, geralmente nos dias 25 e até o dia 5 de todos os meses, o término de um e o início do outro, exigem o balanço em que suas contas sejam sanadas para normalizar outras vezes as rotativas de cheques em pagamento a este produto. Isto temos conhecimento, porque militamos alguns anos neste setor. Mas, a sua idéia é magnífica, Sr. Deputado. Mas queremos, em conjunto com os nossos estudos, amanhã, marcar através de um Requerimento uma Comissão que vá à Guanabara, urgente, levar ao conhecimento desses homens que talvez dormem em bérço explerido, pensando nas viagens de Beirut, de Londres, de Washington, qual o dia da sua aproximação para lá retornar e discutir assunto do café, talvez até sem interesse porque vendo aqui esses dias, em jornais, o grande Presidente Médici, homem de caráter que admiramos, tomou a atitude de trazer para o Brasil, na sua marca marítima, as 206 milhas; os Estados Unidos retiraram-se do mercado cafeeiro do Brasil. E, esta semana, encontram-se reunidos muitas vezes em Beirut, para deliberar as compras aos portos, pois sabem eles que o café colombiano, da África, e produzido nos demais 7 países do mundo, podem ser que não tenham o aspecto na classificação semelhante ao nosso; mas este aroma, esta gustação, é só o Brasil que se orgulha, na América Latina, de ter este produto, este tipo de café. Quando os outros têm melhores aspectos, mas não têm o tipo de gustação e aroma que, graças a Deus, a terra brasileira produz.

O Sr. Nelson Buffara — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Inicialmente, quero cumprimentá-lo pela sua transigência. V. Exa., nobre Deputado, na sua humildade que bem caracteriza a sua personalidade, de imediato assentiu com o Deputado Antônio Maciel, quando solicitou que V. Exa. retirasse o Requerimento para que fosse formulado em termos novos e V. Exa. assentiu que amanhã assim o faria. V. Exa. falou nesse instante

em café brasileiro, colombiano e africano etc. Tem razão V. Exa. Mas apenas à guisa de esclarecimento a V. Exa.: Se o mercado consumidor comprar 10 por cento do nosso café, pode ser estudado, agregado com o "robusta" da África, nós estamos praticamente marginalizados no esquema mundial. E isto eu disse e repito, doa a quem doer. Culpo inclusive os responsáveis, os órgãos federais: IBC, Ministério da Indústria e Comércio ou o Ministro da Fazenda....

O SR. HELIO MANFRINATO — V. Exa. não culpa; V. Exa. está falando o que realmente acontece.

OSr. Nelson Buffara — ... o café era Sr. Deputado, a viga mestra, o sustentáculo da nossa economia. Hoje, conheço alguns comerciantes de café que, iludidos pelo Governo Federal, iludidos desde outubro do ano passado, estavam aqui a aguardar melhores condições de negócios, melhores dias, para comercializar e estão em situação de insolvência. Nem sequer têm condições de pagar 2 cruzeiros e 50 centavos, que é o custo do financiamento de uma saca de café. V. Exa. sabe disso muito bem. E é preciso, na sua argumentação. Mas, eu estou desiludido. Oxalá, nobre Deputado, esta desilusão não atinja também V. Exa. no que concerne a um remédio de imediato, para curar esta grande chaga. Mas, V. Exa. continue no seu discurso, neste seu entusiasmo que contagia e, queira Deus, que V. Exa. seja bem sucedido. Muito obrigado.

O SR. HELIO MANFRINATO — Agradecemos o aparte de V. Exa.

O Sr. Álvaro Dias — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Minhas escusas pela insistência nos apartes. A verdade é que o tema que tanto empolga V. Exa. também nos entusiasma. Gostaria, neste instante, de dar total apoio à pretensão de V. Exa. De formar, nesta Casa, uma Comissão a fim de insistir nas reivindicações; esta persistência poderá trazer alguns resultados. Não podemos nos desanimar em virtude da insensibilidade das nossas autoridades. Analisando a situação atual da nossa cafeicultura, os seus problemas e trabalho dos cafeicultores e analisando também as medidas objetivas que são tomadas, nós chegamos a uma conclusão. Até parece existir uma odiosa conspiração para arrebentar com nossa economia. Porque, esquecer os problemas da cafeicultura é comprometer o futuro econômico de nosso Estado, de nosso País. Porque V. Exa. diz bem — o café é a viga mestra de nossa economia. De forma alguma pode ser esquecido. O Governo deste País acostumou-se a apenas retirar do café seus benefícios, seus lucros, e de forma alguma se lembra de associar-se às dificuldades, aos entraves, aos atrapalhos desta mesma cafeicultura. Neste momento era propício que o Governo devolvesse à cafeicultura do País um pouquinho do muito que retirou em forma de confisco cambial. É o instante de procurar evitar o desestímulo que está a se apossar de toda a cafeicultura. V. Exa. sabe, porque percorreu a região na última semana. Muitas fazendas estão à venda em preço desvalorizado, em virtude do temor que começa a se apossar de todos os produtores de café. Este instante, mais do que nunca, merece a união de todos os cafeicultores, de todas as classes representativas, e esta Assembléia de forma alguma pode se omitir. Por isso, estou com V. Exa. quando pleiteia mais uma Comissão nesta Casa para reivindicar aquilo que é mais urgente e necessário à cafeicultura paranaense.

O Sr. Nivaldo Krüger — V. Exa. permite um aparte?

O Sr. Lázaro Dumont — V. Exa. permite um aparte?

O SR. HELIO MANFRINATO — Primeiro, concederei o aparte ao Deputado Nivaldo Krüger e, em seguida, a V. Exa.

O Sr. Nivaldo Krüger — V. Exa. pode conceder o aparte primeiro ao Deputado Lázaro Dumont.

O Sr. Lázaro Dumont — Agradeço a V. Exa. Deputado Hélio Manfrinato e também ao Deputado Nivaldo Krüger por me conceder a vez. Nobre Deputado, primeiramente quero dar os meus aplausos a V. Exa. por ter trazido este problema a esta Casa, e desejo dizer o seguinte: eu já tinha pedido um aparte há uns cinco minutos atrás, quando V. Exa. falava das rei-

vindicações dos cafeicultores. Depois veio o assunto do requerimento e me resguardei. Mas quero dizer que há poucos dias atrás, quando se descobriu o primeiro foco de ferrugem aqui no Paraná, mais precisamente em Guaracy, tivemos, neste ponto, a atuação imediata do próprio Governo do Estado. No dia seguinte a entidade representativa dos cafeicultores de nosso Estado, a convite do Governo do Estado, debatia por longas horas, no Palácio do Governo, este assunto. Nesta mesma oportunidade foi convocado a comparecer nesta reunião o dr. José Maria Sebastião, Diretor do GERCA, reunião em que o Governo do Estado e a classe dos cafeicultores fizeram as reivindicações que estamos há tempos acostumados a ouvir. Queremos informar que esta Assembléia esteve presente através da Comissão criada especificamente para tratar do assunto de ferrugem do café, sendo criada, na segunda reunião, uma Comissão que irá à Brasília falar com o Ministro de Indústria e Comércio, com o Ministro da Fazenda, com o Ministro da Agricultura e, possivelmente, com o próprio Presidente da República, uma delegação de nove membros, daqui do Paraná, chefiada pelo próprio Governador. E esta Assembléia estará representada, por certo, e muito bem representada, porque o Presidente da Comissão que estuda o problema da ferrugem é o nobre Deputado Antônio Maciel.

Através desta informação, gostaria de dizer da nossa alegria de vermos que não é o MDB, não é a ARENA, mas é o Deputado que traz as reivindicações do agricultor; que representa o povo na defesa da nossa cafeicultura.

Parabéns, portanto, a V. Exa. pelo enfoque que está fazendo, e a informação de que esta Casa participará da Comissão que irá a Brasília para entregar seu relatório aos três Ministros e ao próprio Presidente da República.

O SR. HÉLIO MANFRINATO — Deputado Lázaro Dumont, observando bem o que V. Exa. acaba de dizer, cremos que medidas, ou melhor, providências em benefício do cafeicultor, estão sendo tomadas. Mas, devemos dizer que estou desacreditando das autoridades responsáveis por essas providências. Porque, isso não é brincadeira, nobre Deputado; já foram inúmeros os telegramas passados por este Legislativo ao Sr. Ministro Delfim Neto. Mas S. Exa., em todas as reuniões do IBC, sempre demonstrou desinteresse pelos problemas da cafeicultura. O maior interesse desse Ministro é jogar ações no mercado, fazer com que as Siderúrgicas se tornem cada vez maiores. E isto significa o empobrecimento do País, porque a Nação que explora seu subsolo não terá garantia em seu futuro. Porque é na exploração da superfície, através de plantações de café, soja, feijão, arroz, é que garantiremos o futuro do País. Embora não seja esse o pensamento de S. Exa. o Sr. Ministro Delfim Neto.

Mas, gostaríamos, na realidade, nobre Deputado Lázaro Dumont, que essa Comissão, com sua ida a Brasília, tivesse pleno êxito e trouxesse a esperança aos cafeicultores para que prossigam nesta marcha de progresso à cafeicultura paranaense, com o apoio das autoridades máximas. Porque, caso contrário, teremos uma calamidade pública. Porque, até o mês passado ainda havia esperança. Mas, agora, se chegou ao ponto de que as autoridades têm que ajudar os cafeicultores. Estão aí os armazéns do IBC, com suas portas fechadas, com seus armazéns vagos, e parecem de braços cruzados, não querendo tocar com as mãos naquilo que na realidade é a segurança de nossa Pátria, tanto no setor financeiro, como no setor que diz respeito à sua produção.

O Sr. Nivaldo Krüger — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Pedi o aparte, porque acho que V. Exa., a seu modo, trata de assunto de grande importância e especialmente quando V. Exa. diz e faz uma crítica a um incentivo, à industrialização, sem que se passe primeiro pela parte da agricultura. Quer dizer, concordo plenamente com V. Exa., é o que temos afirmado, o que nosso Partido tem afirmado no Congresso Nacional, nas Assembléias e nos encontros. Nós queremos uma estrutura industrial, sem termos um suporte agrícola capaz de dar sustentação a essa estrutura. V. Exa.

tem razão. Agora, vejamos, coincide o que V. Exa. diz da Tribuna neste instante, que é exatamente o que diz o nosso povo, é o lamento do produtor. É o desabafo do homem que vê frustrado seu esforço, pela falta de apoio, de amparo. V. Exa. poderá verificar, indo a Londrina, a conceituação dos homens deste Governo. Lá, em Londrina, encontramos um Palácio de mármore, com fechaduras douradas, com todo o refinamento do luxo — é a sede do IBC. Um arquiteto, agora, concebeu alguma coisa que não existe em todo o mundo, para construir a nova sede do IBC em Brasília ou não sei onde, que deverá custar bilhões de cruzeiros, que serão extraídos a ferro do infeliz produtor, justamente pelos homens que governam, pelos homens que representam a Aliança Renovadora Nacional, pois ninguém pode excluir a atividade política da atividade econômica de um País. Embora V. Exa. queira dar um caráter de isenção ao nosso pronunciamento, ele é um pronunciamento de oposição; da mais pura oposição, porque V. Exa. coloca nos devidos lugares os homens que estão dirigindo a política do café no País. Essa política é feita por homens da agricultura, é tempo de se ir dando nome aos bois neste País. Os homens deste Partido do Governo nesta Casa não têm o direito de vir dizer ao povo brasileiro, que a agricultura está se desenvolvendo em índices extraordinários. Ilustre Deputado Manfrinato, V. Exa. dizia há pouco, e eu concordo com V. Exa., que o Paraná se encaminha para uma situação difícil, se providências não forem tomadas. E se encaminha mesmo, porque os homens deste Governo, desculpem-me os Srs. Deputados, os homens do esquema do Governo, são responsáveis por isso. Aqui está o exemplo: Orçamento do Paraná, setor agrícola, agricultura — 1,6%, apenas, para atender o problema da agricultura em nosso Estado. Então, as coisas não funcionam mesmo, ilustre Deputado. O que é necessário, é que o povo paranaense se conscientize disso, que nós, nove homens apenas, aqui representamos o pensamento da oposição e chegamos ao povo do Paraná para que se diminua o peso das Bancadas arenistas em todas as Assembléias do País, no Congresso Nacional, para que nós possamos influir, de fato, na vida econômica, social e política da Nação porque, do contrário, o que vai acontecer, o que tem acontecido até então, é que grandes recursos são mobilizados na divulgação e o povo é forçado a acreditar naquilo que não é verdade, pelas estatísticas que se publicam. Assim, concluo esse breve aparte, nobre Deputado, concordando plenamente com o que V. Exa. diz, lembrando que não é só no setor da cafeicultura, mas também na triticultura, um dos esteios da nossa economia hoje, teve, nos últimos dois anos, seu preço elevado em apenas 20%, quando o custo das utilidades elevou-se em mais de 40%.

Isto é o que precisamos é acabar, de uma vez por todas, com este quadro queremos. O que queremos é acabar, de uma vez por todas, com este quadro de injustiça para com a vida econômica de nosso Estado. Este o sentido de nossa presença nesta Casa, e creio que este o sentido de sua presença na Tribuna na tarde de hoje.

O povo brasileiro há de entender um dia a necessidade de aumentar o número de representantes nas Assembléias Legislativas das áreas de Oposição para que depósitos não fiquem fechados, como denuncia V. Exa. neste instante, enquanto que com grande luxo são atapetados os recintos do IBC e outros setores da administração. Publica-se no Brasil a grande orgia do desperdício e isto é acusado pelos grandes economistas de nosso País, homens que estão hoje marginalizados, em razão de seus dados não terem repercussão na imprensa. E por que? Porque os Governos dotam os Orçamentos com grandes somas destinadas à publicidade.

Não precisamos ir longe, aqui mesmo, em nosso Estado, comentou-se muito do Governo passado pelo fato de haver dotado em três bilhões o Orçamento, importância essa destinada à divulgação. Sabem Vs. Exas. em quanto está dotado para divulgação o Orçamento de 1971? Em nove bilhões de cruzeiros, dinheiro do povo, dinheiro arrancado com dificuldades, pago com dificuldade pelo nosso povo.

Tudo isto precisa ser dito no Paraná e quem tem que dizer somos nós do MDB.

Congratulo-me com V. Exa. pela maneira autêntica com que vem dizendo o que sente, certamente, o povo de sua região, pois de lá veio hoje.

O SR. HELIO MANFRINATO — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Informa ao nobre orador que tem apenas cinco minutos para concluir sua oração.

O sr. Gilberto Carvalho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Em primeiro lugar quero agradecer a V. Exa. pela concordância ao pedido do eminente Deputado Antonio Maciel, no sentido de fazer um reestudo para apresentar amanhã este pedido de liberação dos armazéns do IBC. Acho justo e já havia dito, inicialmente, que achava que deveriam ser colocados à disposição dos agricultores, maquinistas e cafeicultores.

Em segundo lugar, não posso concordar, de forma alguma, com o eminente Deputado Nivaldo Krüger, quando aponta exclusivamente os homens da ARENA...

O sr. Nivaldo Krüger — São eles que governam, não nós.

O sr. Gilberto Carvalho — Sabe V. Exa. que de 64 para cá tudo mudou.

Até lá o povo do interior não conhecia os agrônomos do IBC, somente havia agrônomos nos grandes centros, nas Capitais. Hoje os vemos distribuídos nas várias regiões cafeeiras de nosso Estado.

No dia em que estava reunida aquela Comissão no Palácio Iguacu, recebia o Governador do Estado um telefonema do Presidente do IBC para dizer que iria atender as reivindicações do Paraná.

Situa muito bem V. Exa. quando diz que é um assunto que interessa a todos nós paranaenses e a todos nós brasileiros se não olharmos as cores partidárias. Não há dúvida que nossa lavoura não está sendo atendida a contento relativamente aos preços. Mas, também é preciso que se note que de 64 para cá muita coisa mudou. Não é da noite para o dia que se consertam as coisas. Precisamos de muito, falta muita coisa para a nossa lavoura, e para isso é preciso um entrosamento nessa luta que fazemos em conjunto, MDB e ARENA.

Não quero me alongar mais, porque V. Exa. já foi advertido que tem cinco minutos para terminar.

Agradeço o aparte e V. Exa. tem a minha concordância para esse estudo, que terá o nosso inteiro apoio.

O sr. João Mansur — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento): —

Nobre Deputado Hélio Manfrinato, V. Exa. já não nos surpreende mais nesta Tribuna, já estamos acostumados a ouvir V. Exa., sempre trazendo e tratando de assuntos sérios como este que V. Exa. aborda com tanto conhecimento de causa. Quero cumprimentar V. Exa. pela sua brilhante oração e pela verdadeira aula de conhecimentos do problema de café que V. Exa. presta a esta Casa, só lamentando que no belíssimo pronunciamento de V. Exa. venha o Líder da Bancada do MDB, investir contra os homens da Aliança Renovadora Nacional, contra este extraordinário Presidente da República, General Emilio Garrastazu Médica, que vem conquistando a simpatia e o respeito não só do povo brasileiro, como do mundo inteiro, através de uma política séria de desenvolvimento, que vem encetando em todos os setores da nossa Nação. Esquece-se o nobre Deputado Nivaldo Krüger, quando, há muitos anos, o IBC estava entregue a homens da oposição, na pessoa de um Senador pelo Paraná, quando muitos armazéns foram construídos sem o equacionamento necessário, e se encontram abandonados, em muitas regiões do nosso Estado.

Lamento que o nobre Deputado, desvirtuando a belíssima oração e fugindo do assunto tão importante que V. Exa. aborda nesta Casa, procure somente investir contra os homens que dirigem os destinos desta Nação e deste Estado; esquece-se da política implantada pelo Ministério da Agricultura, de desenvolvimento, de crescimento através de importação e financiamento de

máquinas agrícolas, com muitos anos de prazo para o seu pagamento; da política adotada pelo Banco do Brasil, da ampla linha de crédito a todos os agricultores deste País.

De maneira que, receba, Deputado Hélio Manfrinato, as minhas congratulações, especialmente pelo fato de que V.Exa., atendendo à solicitação do Deputado Antônio Maciel, aquiesceu de pronta na retirada do seu Requerimento, numa demonstração inequívoca de compreensão e entendimento, para que, junto com seus colegas, pudessem formular um outro Requerimento, um outro expediente, com o espírito e o objetivo voltado para o engrandecimento e a salvação da cafeicultura paranaense. São gestos como estes, nobre Deputado, que engrandecem qualquer um; V.Exa., que já tinha a simpatia dos seus colegas, conquista o respeito desta Casa, pela maneira como vem fazendo os seus pronunciamentos.

Receba em nome da Aliança Renovadora Nacional, as minhas congratulações e a certeza de que todas as vezes que V.Exa. ocupar esta Tribuna trazendo como sempre tem trazido assuntos desta importância, terá o apoio integral de toda a Bancada do Governo com assento nesta Assembléia Legislativa do Paraná.

O SR. HÉLIO MANFRINATO — Agradecemos, nobre Deputado. Voltaremos num próximo Expediente a discutir o assunto. Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados. (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 61-70, de autoria do Dep. Sílvio Barros, que autoriza o Poder Executivo com apoio no Art. 125 inciso 7.º da Constituição Estadual, doar um Gabinete Dentário ao Sindicato das Arrumadores da cidade de Maringá. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.S.P. — **Aprovado.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 29-71, de autoria do Dep. Rosário Pitelli, transfere para a responsabilidade do D.E.R., para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga o Município Primeiro de Maio a Sertãoópolis. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — **Aprovado artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 78-71, de autoria do Dep. Quielise Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo a proceder, através da Secretaria dos Transportes, ao revestimento asfáltico da rodovia Arapongas-Astorga-Santa Fé-Colorado. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — **EM REGIME DE URGÊNCIA — Aprovado artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 87-71, de autoria do Dep. Quielise Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo estender da sede do Município de Adrianópolis ao lugar denominado Ribeirão do Rocha, uma linha de Força e Luz Elétrica. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 88-71, de autoria do Dep. Quielise Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo construir uma estrada para ligar a sede do Município de Adrianópolis ao lugar denominado Ribeirão do Rocha. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — **EM REGIME DE URGÊNCIA — Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 174-71, de autoria do Dep. Ivo Thomazoni, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Vitorino, um Motor e um Trator conforme especifica, pertencentes ao D.A.T.M. — Parecer favorável da C.C.J. — EM REGIME DE URGÊNCIA — **Aprovado artigo por artigo.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 158-70, de autoria do Dep. Olavo Ferreira, que declara de Utilidade Pública, a Fundação Universidade de Londrina. — Parecer favorável da C.C.J. — EM REGIME DE URGÊNCIA — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 158/70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica considerada como de Utilidade Pública a Fundação Universidade Estadual de Londrina, com sede na cidade do mesmo nome.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de julho de 1970.

a) — Dep. Olavo Ferreira

JUSTIFICATIVA:

A Universidade Estadual de Londrina é a resultante da incorporação da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Londrina, Faculdade de Direito de Londrina, Faculdade Estadual de Odontologia de Londrina, Faculdade de Medicina do Norte do Paraná e Faculdade de Ciências Econômicas e Contábeis de Londrina. Apesar da Universidade ter sido recentemente criada como um organismo centralizador, os seus membros, já existiam há muito. As Faculdades de Filosofia, Direito e Odontologia, funcionam há mais de 10 anos. A Faculdade de Medicina funciona há 4 anos e a Faculdade de Ciências Econômicas e Contábeis há 3 anos. Diante disso não se pode dizer que a Fundação Universidade Estadual de Londrina seja uma entidade nova, recentemente criada. De Direito, ela é nova; mas, de fato, a Universidade tem muitos anos e surgiu como resultado dos excelentes trabalhos desenvolvidos no campo do ensino superior.

A Fundação Universidade Estadual de Londrina, tem autonomia didático-científico, financeira, administrativa e disciplinar.

Se analisarmos a Fundação, como pessoa jurídica, notaremos que ela apesar de ser instituída pelo Poder Público, é uma Entidade de natureza privada, consoante se depreende inclusive do Decreto-Lei n.º 200, de 1967, através o qual a União resolveu reorganizar o serviço público e as entidades a ela vinculadas, direta ou indiretamente.

Destarte, a Fundação Universidade Estadual de Londrina deve envidar todos os esforços para obter os benefícios e vantagens outorgados por lei, como qualquer empresa privada faria.

Faz-se necessário pois, que a Entidade seja declarada como de Utilidade Pública por lei estadual, razão pela qual esperamos o apoio de nossos Pais para o presente Projeto.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 158/70

AUTOR: Dep. Olavo Ferreira

SÚMULA: "Declara de Utilidade Pública a Fundação Universidade Estadual de Londrina, com sede na cidade do mesmo nome".

P A R E C E R

1.) Objetiva a Proposição de autoria do nobre Deputado Olavo Ferreira, declarar de Utilidade Pública a Fundação Universidade Estadual de Londrina, com sede na cidade que lhe empresta o nome.

2.) Da análise do respectivo processo, verifica-se que foram preenchidos todos os requisitos reclamados em lei. Por outro lado, referido Projeto não fere qualquer preceito de ordem constitucional ou legal. Quanto ao aspecto

de sua oportunidade, convencenos, plenamente, a justificativa de seu ilustre Autor.

3.) Em face ed tais considerações, somos pela sua aprovação.

S.M.J., é o parecer.

Sala das Comissões, em de outubro de 1971.

aa) — Wilson Brandão — Presidente

Igo Losso — Relator

Arthur de Souza

Cândido Martins de Oliveira

Acyr José

Emílio Carazzai.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 233/70, de autoria do Dep. Túlio Vargas, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Primeiro de Maio, para efeito de construção do Pôsto de Puericultura, o terreno que especifica. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.T.I.C. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 233/70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar, ao Município de Primeiro de Maio, para efeito de construção do Pôsto de Puericultura, o terreno com a área de 1.680,00 m², constante das datas n.ºs 18, 19 e 20 da quadra n.º 54, da Vila Progresso, daquele Município, confrontando por um lado, em 40,00 m, com a rua 1; por outro lado, em 42,00 m, com as datas n.ºs 15, 16 e 17 da mesma quadra; por outro lado, em 40,00 m, com a data n.º 21, e, finalmente, por outro lado, em 42,00 m, com a rua 20.

Art. 2.º — Esta Lei entrara em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em de setembro de 1.970.

a) dep. Túlio Vargas

JUSTIFICATIVA:

A destinação do imóvel, que se pretende doar ao Município de Primeiro de Maio, por si só justifica plenamente este projeto. Pelo interesse público de que se reveste, qual seja a da saúde do povo daquela comuna, estamos certos de que esta Casa, na sua alta sabedoria, haverá de aprová-lo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 233/70

SÚMULA: Autoriza doação de um terreno ao Município de Primeiro de Maio.

AUTOR: Dep. Túlio Vargas

PARECER

1) — O Projeto autoriza o Poder Executivo a fazer doação ao Município de Primeiro de Maio, de uma área de 1.680 metros quadrados, constante das datas números 18, 19 e 20, da quadra n.º 54, da Vila Progresso, daquele Município, para fins de construção de um posto de puericultura.

2) — A Constituição Estadual (art. 21, IX, letra c) dá ao projeto perfeita base legal, daí opinarmos pela sua aprovação.

É o parecer.

S.M.J.

Sala das Comissões, em 29 de Abril de 1.971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Muggiati Filho — Relator

Gilberto Carvalho

Emílio Carazzai

Igo Losso

Arthur de Souza

Cândido Martins de Oliveira

Sebastião Rodrigues Júnior

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

P A R E C E R

AO PROJETO DE LEI N.º 233/70

I — De autoria do ex-Deputado Túlio Vargas, o plano de lei em exame autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Primeiro de Maio, um terreno com área de 1.680 m², para construção do **Pôsto de Puericultura**.

II — Tratando-se de mera autorização legislativa, nosso parecer é pela aprovação.

Sala das Comissões, em 11 de agosto de 1.971.

aa) **Arizone Araújo** — Presidente
Francisco Escorsin — Relator
Santos Lima
Sebastião Rodrigues Júnior
Marciano Baraniuk

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 17/71, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — ex-Proposição n.º 73/71 — aprova a Resolução n.º 6/71, do Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul, que alterou o Convênio pelo qual foi criado o Sistema CODESUL - BRDE. — Parecer favorável da C.C.J. — EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 17/71

SÚMULA: Aprova alteração do Convênio que criou o Sistema CODESUL — BRDE.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica aprovada a Resolução n.º 6/71, de 08 de julho de 1971, do Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul, que aprovou alterações ao Convênio de Curitiba, celebrado em 15 de junho de 1961, pelo qual foi criado o Sistema CODESUL — BRDE.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de outubro de 1971.

aa) **Wilson Brandão** — Presidente
Igo Lesso — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO N.º 73/71
AUTOR: Poder Executivo

SÚMULA: Oriundo de Mensagem Governamental 21/71, que encaminha cópia da Resolução 6/71, do Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul, na forma e como especifica.

P A R E C E R

1) — A Proposição supra referida tem suas raízes na Mensagem Governamental n.º 21/71, de 09 de agosto do corrente ano, a qual encaminha à apreciação desta Assembléia cópia autêntica da Resolução n.º 6/71, de 08 de julho de 1971, do Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul, que aprova alteração ao Convênio de Curitiba, celebrado em 15 de julho de 1971, pelo qual foi criado o Sistema CODESUL — BRDE.

2) — Na forma em que dispõe o inciso VII, art. 22, da Emenda Constitucional n.º 3, isto é, em decorrência da redação que lhe fora dada por essa Emenda Constitucional, a esta Casa cabe competência para aprovar convênios dessa natureza.

3) — A manifestação da Assembléia em matéria como esta se faz através do Projeto de Resolução que segue em separado.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 13 de outubro de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Igo Losso — Relator

Emílio Carazzai

Arthur de Souza

Acyr José

Cândido Martins de Oliveira

MENSAGEM N.º 21/71

Curitiba, 9 de agosto de 1971.

Proposição n.º 73/71

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica da Resolução n.º 6/71, de 8 de julho de 1971, do Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul, que aprova alterações ao Convênio de Curitiba, celebrado em 15 de junho de 1961, pelo qual foi criado o Sistema CODESUL — BRDE.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação ora formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) HAROLDO LEON PERES — Governador do Estado

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL

— CODESUL —

RESOLUÇÃO N.º 6/71

Aprova alteração no Convênio

O Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul, reunido em Florianópolis, resolve, na forma do artigo 46 do Sistema CODESUL — BRDE, e “ad referendum” das Assembléias Legislativas dos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná, e Santa Catarina.

1.º — Aprovar a alteração do Convênio que criou o Sistema CODESUL — BRDE, que a esta acompanha.

2.º — A alteração aprovada, nesta reunião, será submetida à deliberação dos órgãos legislativos dos Estados integrantes do Convênio.

Florianópolis, 8 de julho de 1971.

Governador — Euclides Triches

Governador — Haroldo Leon Peres

Governador — Colombo Machado Salles

PROJETO DE RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO DE CONVÊNIO

O Governo do Estado do Rio Grande do Sul

O Governo do Estado de Santa Catarina e

O Governo do Estado do Paraná

Reconhecendo a necessidade de retificar e ratificar o Convênio de Curitiba, firmado em 15 de junho de 1961, que criou o Sistema CODESUL — BRDE, resolvem:

Art. 1.º

O art. 25 do Convênio de Curitiba, firmado em 15 de junho de 1961, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 25 — A Junta de Administração será constituída de quinze membros:

a) a Diretoria do BRDE;

- b) três representantes do Governo Federal, e seus suplentes, com residência em cada um dos Estados, a serem designados pelo Presidente da República;
- c) dois representantes de cada Estado e seus suplentes;
- d) O Secretário Executivo do CODESUL.

§ 1.º — A presidência da Junta será exercida pelo Diretor Presidente do Banco.

§ 2.º — Os representantes dos Estados, e seus suplentes, serão designados pelos respectivos Governadores, devendo provir da iniciativa privada e de órgão de desenvolvimento estadual".

Art. 2.º

O § 1.º e o § 2.º do art. 26 do referido Convênio passam a vigorar com a seguinte redação:

§ 1.º — A Junta deliberará com o quorum mínimo de oito membros

§ 2.º — O Presidente da Junta terá voto de qualidade.

Art. 3.º

Revogam-se as disposições em contrário.

**ALTERAÇÃO DE CONVENIO QUE CRIOU O CODESUL E O BRDE
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

O convênio que criou o CODESUL e o BRDE prescreve, atualmente, que a Junta de Administração do BRDE seja constituída de onze membros o Diretor Presidente do Banco, três representantes do Governo Federal, dois representantes do Governo de cada Estado e o Secretário Executivo do CODESUL com a competência estabelecida pelo mesmo diploma.

Além das atribuições características de alta administração, o órgão desempenha outras de cunho predominantemente executivo. Como exemplos, podemos citar a fixação e modificação das taxas de juros ou depósitos, bem como a deliberação sobre operações que elevam a responsabilidade de um cliente acima dos limites fixados pela Diretoria e a autorização para renúncia de direitos, transações e compromissos.

Tais atribuições conferem à Junta de Administração, ingerência em negócios tipicamente executivos e rotineiros, vinculados à ação da Diretoria, considerando o elenco dos componentes do colegiado administrativo percebe-se que a quase totalidade de seus membros não têm vivência efetiva e diuturna no Banco, de vez que o regime legal ora em vigor, não lhes impõe uma aproximação que, aliás, não seria exigível nem viável em se tratando de pessoas com participação intensa noutros setores de atividades.

É aconselhável que seja minimizada a distância funcional entre os núcleos administrativos e executivo de autoridade, visando ao mais estreito contato entre os respectivos representantes, o que virá beneficiar a estrutura operacional do Banco, através da mais fácil comunicação e do melhor dinamismo. A composição da Junta de Administração deverá pois, abranger elementos que atuem no Banco, com presença imediata e contínua, amplamente informados das atividades externa e interna da instituição.

Diante do exposto, propõe-se que passe a fazer parte da Junta de Administração a totalidade da Diretoria do BRDE, ficando o órgão composto de quinze membros outorgando-se ao Presidente voto de qualidade.

A mudança acima sugerida não só se recomenda pela Justificação acima, como também identifica-se com precedentes firmados nos demais organismos congêneres. A propósito mencionaremos apenas os casos do Banco da Amazônia S/A, Banco de Desenvolvimento do Paraná S/A, Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo S/A, entidades cujos estatutos preveem a participação das Diretorias nos Conselhos de Administração Superior.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, sugerindo à Comissão Executiva que examine a possibilidade de melhorar as condições do restaurante da Casa. — A Consideração da Comissão Executiva.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Emílio Carazzai, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n. 211/71. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do Expediente, solicitando voto de aplauso a Sra. Superintendente da "FUNDEPAR" pela sua eficiência e destacada atuação frente a esse importante órgão. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pela comemoração da "Semana da Asa" e, também, pela passagem, no próximo dia 23, do "Dia do Aviador". — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Borsari Neto, constante do Expediente, solicitando a Diretoria do Banco do Estado do Paraná, a instalação de uma agência desse estabelecimento Bancário, na cidade de Joaquim Távora. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, lido da Tribuna, solicitando voto de aplauso ao ilustre e patriótico Professor Gilson Amado, pela instalação, neste Estado, do Centro de TV Educativa. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apêlo ao Sr. Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, no sentido de que seja determinada a inclusão no Plano de Obras para o exercício de 1972, da construção de uma ponte sobre o Rio Laranjinha, ligando o Município de Santa Amélia com a cidade de Cornélio Procopio. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apêlo ao Sr. Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, no sentido de ser determinada retificação em várias curvas existentes na estrada que liga a cidade de Itambaracá e o Município de Bandeirantes. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior, lido da Tribuna, solicitando seja encaminhada sugestão ao Sr. Ministro da Justiça, no sentido de ser estudada a possibilidade de adoção de documento único de identidade, obrigatório. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, lido da Tribuna, solicitando voto de aplauso ao Sr. Ministro de Educação e Cultura, pelo rápido atendimento à reivindicação das classes trabalhadoras do Estado do Paraná, quanto à implantação do Centro de TV Educativa. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Borsari Neto e outros, lido da Tribuna, solicitando sejam encaminhados ofícios aos Srs. Presidente e Diretores do Instituto de Previdência dos Congressistas de Brasília, para que permitam ingresso no referido Instituto, dos Deputados Estaduais que assim o desejarem, e também solicitem o apoio da Bancada Federal do Paraná, a esta reivindicação. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Borsari Neto, constante do Expediente, solicitando seja adiada por dez (10) sessões, a discussão do requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, que teve a sua apreciação transferida para a sessão de hoje. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Requerimento de autoria do Sr. Deputado Hélio Manfrinato, lido da Tribuna, solicitando seja encaminhado apêlo ao sr. Presidente do Instituto Brasileiro do Café, no sentido de que forneça ou alugue os armazéns, da autarquia à Companhia de Armazéns Gerais, em nosso Estado. — **Reiterado pelo autor.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 21, quinta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 61—70;

2a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nrs.: 29—71, 78—71, 87—71, 88—71, 174—71;

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs.: 158—70, 233—70 e do Projeto de Resolução n.º 17—71.

A Presidência marca ainda a Ordem do Dia para a sessão de sexta-feira, dia 22, às 10,00 horas, que é a seguinte:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs.: 94—69, 195—69, 71—70, 102—70, 114—70, 196—70, 210—70, 42—71, 44—71, 50—71, 100—71, 232—71.

Levanta-se a sessão.